

# **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

**Informações Trimestrais (ITR) em  
31 de março de 2011  
e relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais**



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Desenvix Energias Renováveis S.A.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na Nota 1(a)(ii)), encontram-se em construção três parques eólicos, duas pequenas centrais hidrelétricas, uma usina térmica de biomassa e duas linhas de transmissão, cujo plano estratégico de investimentos contempla a utilização de recursos próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos de longo prazo junto a bancos oficiais de fomento. A administração da Companhia, considerando a importância dos referidos empreendimentos no contexto de suas operações, que possibilitarão a geração de receitas e resultados importantes, decidiu dar início a sua construção utilizando recursos financeiros próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos ponte, até que ocorra a liberação dos financiamentos de longo prazo. Como mencionado na Nota 1(d), o equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia, que apresenta, em 31 de março de 2011, excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 240.189 mil, está condicionado e será restabelecido à medida em que a Companhia e suas empresas controladas recebam os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo já contratados, ou aprovados e ainda não liberados, no montante remanescente de R\$ 402.414 mil. Ademais, a Companhia está avaliando alternativas de captação de instrumentos de patrimônio para o segundo semestre de 2011 com investidor estratégico de grande porte do setor para fazer face a implementação de seu plano estratégico.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas 1 e 13 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas empresas controladas mantêm relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

São Paulo, 15 de julho de 2011

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Celso Luiz Malimpensa".

Celso Luiz Malimpensa  
Contador CRC 1SP159531/O-0

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	12
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	14
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	100.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	753.718	644.077
1.01	Ativo Circulante	16.774	58.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.024	39.135
1.01.03	Contas a Receber	1.646	6.906
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.689	1.446
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.958	3.251
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.457	7.661
1.01.08.03	Outros	1.457	7.661
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	1.431	7.661
1.01.08.03.02	Outros	26	0
1.02	Ativo Não Circulante	736.944	585.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	306.110	173.828
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	306.110	173.828
1.02.02	Investimentos	400.897	381.919
1.02.03	Imobilizado	289	291
1.02.04	Intangível	29.648	29.640

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	753.718	644.077
2.01	Passivo Circulante	151.858	32.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	962	913
2.01.01.01	Obrigações Sociais	225	185
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	737	728
2.01.02	Fornecedores	1.365	761
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.365	761
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.336	3.970
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.288	3.937
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.288	3.937
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	48	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.022	18.612
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	125.022	18.612
2.01.05	Outras Obrigações	20.173	7.792
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.210	5.146
2.01.05.02	Outros	3.963	2.646
2.01.05.02.04	Contas a Pagar por Aquisição de Terras	1.837	2.646
2.01.05.02.05	Outros	2.126	0
2.02	Passivo Não Circulante	18.813	23.435
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.308	17.464
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	15.308	17.464
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	0	2.466
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.466
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	0	2.466
2.03	Patrimônio Líquido	583.047	588.594
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	6.220	6.220
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.547	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.587	35.587

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.553	736
3.01.02	Serviços prestados	1.553	736
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.828	-828
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 19)	-1.828	-828
3.03	Resultado Bruto	-275	-92
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.833	720
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.459	-1.143
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	96	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.165	-1.634
3.04.05.01	Honorários da administração (Nota 19)	-951	-129
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento (Nota 21)	-1.214	-1.505
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.695	3.497
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	4.078	3.749
3.04.06.02	Dividendos recebidos	83	0
3.04.06.03	Provisão para passivo a descoberto	-2.466	-252
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.108	628
3.06	Resultado Financeiro	-3.439	-3.304
3.06.01	Receitas Financeiras	886	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.325	-3.329
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.547	-2.676
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.547	-2.676
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.547	-2.676
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00830	0,79980
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00830	0,79980

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.905	-2.344
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.935	-1.921
6.01.01.01	Prejuízo antes dos tributos	-5.547	-2.676
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-4.078	-3.749
6.01.01.04	Provisão para passivo a descoberto	2.466	252
6.01.01.05	Ajuste ao valor recuperável do ativo intangível	1.214	1.505
6.01.01.07	Depreciação e amortização	11	3
6.01.01.10	Encargos financeiros de financiamentos	2.999	2.744
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.429	1.226
6.01.02.02	Contas a receber	5.260	11
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-243	-52
6.01.02.04	Outros ativos	-733	11
6.01.02.05	Fornecedores	604	1.147
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	49	44
6.01.02.07	Impostos e contribuições	366	70
6.01.02.08	Outros passivos	2.126	-5
6.01.03	Outros	-1.589	-1.649
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-1.589	-1.649
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-136.860	-1.396
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	0	-5
6.02.02	Aquisição de investimentos	-20.530	-289
6.02.03	Dividendos recebidos	7.427	3.819
6.02.04	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-9	-10
6.02.06	Concessão e pagamentos de recursos	-132.282	-1.281
6.02.07	Obtenção e recebimento de recursos	11.064	9.946
6.02.08	Gastos apropriados ao ativo intangível	-1.222	-9.283
6.02.09	Aquisição de terras	-1.308	-4.293
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	102.844	3.652
6.03.01	Obtenção de financiamentos	105.000	0
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	-2.156	-3.348
6.03.04	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	7.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.111	-88
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.135	1.775
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.024	1.687

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.547	0	-5.547
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.547	0	-5.547
5.07	Saldos Finais	546.787	35.587	6.220	-5.547	0	583.047

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-4.445	0	230.947
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-4.445	0	230.947
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	7.000	0	7.000
5.04.08	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	0	0	7.000	0	7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.676	0	-2.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.676	0	-2.676
5.07	Saldos Finais	178.000	33.069	24.323	-121	0	235.271

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	1.496	10.093
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.620	810
7.01.02	Outras Receitas	96	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	9.283
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-220	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.440	-3.068
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-813	-428
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.161	-2.388
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.466	-252
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.944	7.025
7.04	Retenções	-11	-3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.955	7.022
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.047	3.774
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.078	3.749
7.06.02	Receitas Financeiras	886	25
7.06.03	Outros	83	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.092	10.796
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.092	10.796
7.08.01	Pessoal	2.064	9.812
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	95	228
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.480	3.432
7.08.03.01	Juros	4.325	3.329
7.08.03.02	Aluguéis	155	103
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.547	-2.676
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.547	-2.676

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.282.551	1.133.738
1.01	Ativo Circulante	42.311	93.408
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.935	57.672
1.01.03	Contas a Receber	13.698	28.107
1.01.04	Estoques	679	653
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.365	2.288
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.218	4.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.416	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.240.240	1.040.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.261	44.525
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	18.601	18.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	713	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	35.929	26.379
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18	7
1.02.02	Investimentos	100.150	87.660
1.02.03	Imobilizado	984.793	807.875
1.02.04	Intangível	100.036	100.270

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.282.551	1.133.738
2.01	Passivo Circulante	282.500	116.681
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.865	1.721
2.01.01.01	Obrigações Sociais	689	664
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.176	1.057
2.01.02	Fornecedores	89.138	42.478
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	89.138	42.478
2.01.02.01.01	Partes Relacionadas	12.004	18.267
2.01.02.01.02	Terceiros	77.134	24.211
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.992	9.822
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.144	8.805
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.144	8.805
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	848	1.017
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	154.437	47.920
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154.437	47.920
2.01.05	Outras Obrigações	21.171	12.939
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.161	909
2.01.05.02	Outros	14.010	12.030
2.01.05.02.04	Contas a Pagar por Aquisição de Terras	4.177	4.972
2.01.05.02.05	Concessões a Pagar	5.246	5.266
2.01.05.02.06	Outros Passivos	4.587	1.792
2.01.06	Provisões	6.897	1.801
2.01.06.02	Outras Provisões	6.897	1.801
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.865	1.801
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica	5.032	0
2.02	Passivo Não Circulante	417.295	428.833
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	341.712	351.092
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	341.712	351.092
2.02.02	Outras Obrigações	69.826	69.373
2.02.02.02	Outros	69.826	69.373
2.02.02.02.03	Concessões a Pagar	67.790	67.385
2.02.02.02.04	Indenizações a Pagar	2.036	1.988
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	2.252	4.863
2.02.04.02	Outras Provisões	2.252	4.863
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.252	2.626
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica	0	2.237
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	582.756	588.224
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	5.850	5.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.468	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.587	35.587

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.186	30.402
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	25.447	29.026
3.01.02	Serviços prestados	1.739	1.376
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.990	-10.428
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 19)	-1.251	-743
3.02.02	Custo do serviço de energia elétrica (Nota 19)	-9.739	-9.685
3.03	Resultado Bruto	16.196	19.974
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.979	-6.693
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.874	-4.742
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	108	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.631	-1.900
3.04.05.01	Honorários da administração (Nota 19)	-951	-395
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento (Nota 21)	-1.214	-1.505
3.04.05.03	Perdas com contratos de energia (Nota 8(c))	-2.466	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	418	-51
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	335	-51
3.04.06.02	Dividendos recebidos	83	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.217	13.281
3.06	Resultado Financeiro	-12.677	-14.441
3.06.01	Receitas Financeiras	1.814	493
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.491	-14.934
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.460	-1.160
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.008	-1.060
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.468	-2.220
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.468	-2.220
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.468	-2.539
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00810	0,75880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00810	0,75880

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.603	13.396
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.537	21.003
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	-4.460	-1.160
6.01.01.02	Receita financeira do realizável a longo prazo	-462	-91
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-335	51
6.01.01.04	Provisão para perda com investimentos	0	41
6.01.01.05	Ajuste ao valor recuperável do ativo intangível	1.214	1.505
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado baixado	305	3
6.01.01.07	Depreciação e amortização	7.091	7.092
6.01.01.08	Provisão para perda com contrato de energia	2.466	0
6.01.01.10	Encargos financeiros de financiamentos	10.571	10.654
6.01.01.11	Encargos financeiros sobre provisão para perda	329	0
6.01.01.12	Encargos financeiros de concessões a pagar e provisão para custos socioambientais	1.818	2.908
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	41.628	-1.375
6.01.02.01	Investimentos temporários	0	57
6.01.02.02	Contas a receber	14.409	427
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-77	35
6.01.02.04	Outros ativos	-2.983	-442
6.01.02.05	Fornecedores	27.388	836
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	156	514
6.01.02.07	Impostos e contribuições	-60	-1.004
6.01.02.08	Outros passivos	2.795	-1.798
6.01.03	Outros	-11.562	-6.232
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-9.071	-5.317
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.491	-915
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-183.977	-21.893
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	0	294
6.02.02	Aquisição de investimentos	0	-289
6.02.04	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-158.502	-10.433
6.02.06	Concessão e pagamentos de recursos	-21.217	-2.616
6.02.07	Obtenção e recebimento de recursos	0	4.754
6.02.08	Gastos apropriados ao ativo intangível	-2.964	-9.310
6.02.09	Aquisição de terras	-1.294	-4.293
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	95.637	-1.203
6.03.01	Obtenção de financiamentos	105.000	22
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	-9.363	-7.964
6.03.04	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	7.000
6.03.05	Dividendos pagos	0	-261
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.737	-9.700
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.672	30.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.935	20.631

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594	-370	588.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594	-370	588.224
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.547	0	-5.547	79	-5.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.547	0	-5.547	79	-5.468
5.07	Saldos Finais	546.787	35.587	6.220	-5.547	0	583.047	-291	582.756

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-4.445	0	230.947	20.773	251.720
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-4.445	0	230.947	20.773	251.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	7.000	0	7.000	0	7.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	7.000	0	7.000	0	7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.676	0	-2.676	456	-2.220
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.676	0	-2.676	456	-2.220
5.07	Saldos Finais	178.000	33.069	24.323	-121	0	235.271	21.229	256.500

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	79.636	43.388
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.375	31.957
7.01.02	Outras Receitas	108	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	50.373	11.431
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-220	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.833	-7.487
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.471	-2.319
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.896	-5.168
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.466	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.803	35.901
7.04	Retenções	-7.091	-7.107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.091	-7.107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	29.712	28.794
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.232	442
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	335	-51
7.06.02	Receitas Financeiras	1.814	493
7.06.03	Outros	83	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.944	29.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.944	29.236
7.08.01	Pessoal	19.406	13.380
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.308	2.878
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.698	15.198
7.08.03.01	Juros	14.491	14.934
7.08.03.02	Aluguéis	207	264
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.468	-2.220
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.468	-2.539
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	319



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

---

**Barueri, 11 julho de 2011** – A *Desenvix Energias Renováveis S.A.*, empresa geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seus resultados do 1T11. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 1T10.

### 1) SOBRE A DESENVIX

A *Desenvix Energias Renováveis S.A.*, constituída em 19 de maio de 1995, atua no desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia elétrica originada exclusivamente de fontes renováveis, tendo desenvolvido ou contribuído para a implementação de mais de 5.000 MW de geração de energia no Brasil.

A *Desenvix* possui investimentos em oito empreendimentos em operação, com capacidade instalada própria de 162MW, compreendendo três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e cinco usinas hidrelétricas (UHEs), das quais quatro são participações minoritárias.

Possui ainda nove empreendimentos em implantação, que adicionarão até o final de 2011, mais 176MW de capacidade instalada própria, sendo duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), quatro usinas de energia eólica (UEEs) e uma usina termelétrica (UTE) movida à biomassa, além de duas linhas de transmissão (LTs) com 517km de extensão.

A *Desenvix* prepara-se para iniciar a implantação de mais dois empreendimentos, sendo uma usina hidrelétrica (UHE) com capacidade instalada total de 350MW e uma subestação (SE) cuja participação da companhia é de 10% e 25,05%, respectivamente.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da *Desenvix* envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o contínuo crescimento da empresa. A companhia atualmente desenvolve um extenso portfólio de projetos que soma 3.430MW de potência instalada, sendo cerca de 50% próprios e os outros 50% de parceiros.

A *Desenvix*, constantemente está analisando oportunidades de novos projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Neste sentido, assinou, em 22 de outubro de 2010, um Contrato de Compra e Venda da participação detida pelo Caixa-Fip-CEVIX na Norte Energia S/A, o que permitirá a transferência de 5,0% da participação do FIP na UHE Belo Monte para a *Desenvix*, adicionando 562MW de capacidade própria ao seu portfólio.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia. Na fase da operação dos empreendimentos, conta com a empresa Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (Enex), companhia detida 50% pela *Desenvix*, por meio da qual

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

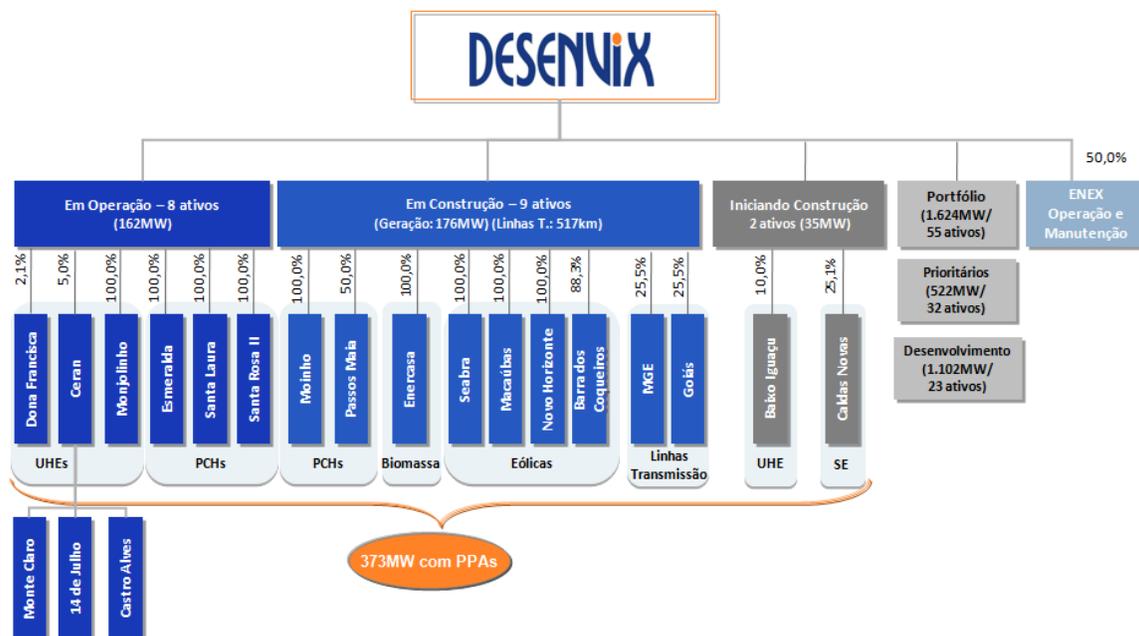
passou a atuar também como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. A ENEX tem contratado cerca de 1GW com diversos clientes no mercado.

Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 40.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou de empresas do Grupo econômico a que pertence.

## 2) GRUPO ECONÔMICO

A Desenvix é uma holding de Sociedades de Propósito Específico que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação. Existem empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, empreendimentos em início de construção e uma carteira de projetos em desenvolvimento, além de deter 50% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos, empresa estruturada para prestar serviços de operação e manutenção aos ativos da Desenvix e para terceiros.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

## 3) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Em 31 de março de 2011 a companhia possuía 8 (oito) empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 161,9 MW, sendo quatro participações minoritárias.



Empreendimento	Desenvix Participação	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
5. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
6. UHE Dona Francisca	2,12%	125,0	2,7
-x-	-x-	626,2	161,9

### Disponibilidade no Sistema Integrado Nacional

As usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 76,8% de disponibilidade no 1T11, sendo 69,7% nas pequenas centrais hidrelétricas e 98,3% na usina hidrelétrica. No mesmo período de 2010, o patamar alcançado foi de 94,7%, representando uma redução de 17,9 p.p. A redução é resultado principalmente da interrupção da produção de energia da PCH Santa Rosa, em decorrência do evento relevante explicado a seguir.

Disponibilidade (%)	1T10	1T11	Varição p.p. 1T11 x 1T10
<b>PCHs</b>	<b>93,8</b>	<b>69,7</b>	<b>-24,1</b>
- Esmeralda	99,9	98,9	-1,0
- Santa Laura	95,5	98,3	2,8
- Santa Rosa	85,9	11,8	-74,1
<b>UHEs</b>	<b>97,6</b>	<b>98,3</b>	<b>0,7</b>
- Monel	97,6	98,3	0,7
<b>Disponibilidade Média</b>	<b>94,7</b>	<b>76,8</b>	<b>-17,9</b>

### Produção de Energia Elétrica

No 1T11, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 137,7 GWh, representando redução de 24,1% na comparação com o 1T10, quando a produção foi de 181,6 GWh. A

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

---

redução é resultado principalmente da interrupção da produção de energia da PCH Santa Rosa, em decorrência do evento relevante explicado a seguir.

#### Evento Relevante – PCH Santa Rosa

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

A recomposição da Usina encontra-se em fase bastante avançada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho, restando a terceira unidade geradora que está com seu "estator do gerador" em avaliação pelo fabricante.

A Santa Rosa S.A., está emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, assim como está recebendo os montantes faturados. Tal possibilidade tem por base a sua participação no MRE, assim como pelo fato da ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação), não sendo esperadas perdas relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração em janeiro ou fevereiro de 2012, data estimada em que a entidade reguladora disponibilizará o montante do ajuste decorrente do processo de realocação de energia.

Os gastos previstos para recomposição total da Usina é da ordem de R\$ 4,5 milhões, (até 31 de março de 2011 foram incorridos gastos, no montante de R\$ 2,4 milhões, apresentados no ativo circulante), mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

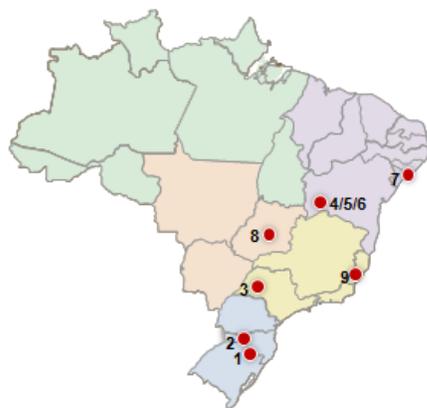
## 4) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía 9 (nove) empreendimentos em fase de implantação, sendo duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), quatro usinas de energia eólica (UEEs) e uma usina termoelétrica (UTE) movida à biomassa, somando uma capacidade instalada própria de 175,7 MW, e 2 linhas de transmissão (LTs) com 517km de extensão.

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011



Planta	Participação Desenvix	Previsão Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Moinho	100%	Ago/11	13,7	13,7
2. PCH Passos Maia	50%	Dez/11	25,0	12,5
3. UTE Enercasa	100%	Ago/11	33,0	33,0
4. UEE Macaúbas	100%	Ago/11	30,0	30,0
5. UEE Seabra	100%	Ago/11	30,0	30,0
6. UEE Novo Horizonte	100%	Ago/11	30,0	30,0
7. UEE Barra dos Coqueiros	88,33%	Jul/12	30,0	26,5
8. LT Goiás 259 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
9. LT MGE 258 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
		-x-	191,7	175,7

#### PCH Moinho

A PCH Moinho está situada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física). A Desenvix detém 100% de participação do empreendimento, sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$93 milhões, dos quais R\$47,8 milhões serão obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance* com o BNDES, tendo a primeira liberação de R\$40 milhões ocorrida no mês julho de 2011.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida para a CEMIG em CCVE no ACL por 14 anos, a partir de janeiro de 2011, período em que se dará a amortização do financiamento. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320,0 MW/h ano a um preço médio de R\$145,7 por MW/h (data base: fevereiro de 2009).

Ao final do 1T11 o empreendimento apresentava avanço físico de 69%, superior ao avanço de 45% apresentado no final do 4T10. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para agosto de 2011.

#### PCH Passos Maia

A PCH Passos Maia está situada no rio Chapecó, município de Passos Maia/SC. A PCH terá potência instalada de 25,0 MW (13,2 MW de Garantia Física) e reservatório com área de 175 ha. A Desenvix detém 50% de participação no empreendimento, sendo os demais 50% detidos pela Adami. O investimento total para o empreendimento é da ordem de R\$126 milhões, dos quais R\$86,5 milhões serão obtidos por meio de financiamento na modalidade *project finance* com o BNDES, tendo a primeira liberação de R\$60 milhões ocorrida no mês de junho de 2011.

A energia produzida pela PCH foi vendida para a Cemig Geração e Transmissão S.A. em CCVE no ACL, com início previsto para o fornecimento de energia a partir de 01 de janeiro de 2012 por um período de 14 anos. O CCVE

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

---

celebrado prevê a entrega de 109.500 MWh ano a um preço médio de R\$147,1 por MWh (data base: outubro de 2009).

Ao final do 1T11 o empreendimento apresentava avanço físico de 54%, superior ao avanço de 36% apresentado no final do 4T10. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para dezembro de 2011.

#### UTE Enercasa

A UTE Enercasa é um empreendimento de co-geração de energia com a usina Pau D'Alho e está localizada no município de Ibirarema, estado de São Paulo. A UTE utilizará o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. O Empreendimento terá capacidade instalada de 33,0 MW (23,0 MW de Garantia Física).

A Desenvix detém 100% de participação do empreendimento, sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$85 milhões, dos quais parte serão obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance* com o BNDES.

Através do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 a Enercasa obteve um CCVE de reserva para 16 MW médios a um preço de R\$155,23/MWh (data base: agosto de 2008), por um período de suprimento de 15 anos, cujo início se deu em 01 de janeiro de 2010.

Ao final do 1T11 o empreendimento apresentava avanço físico de 64,6%, superior ao avanço de 30,6% apresentado no final do 4T10. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para agosto de 2011.

#### Complexo Eólico Desenvix Bahia

O Complexo Eólico Desenvix Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na região central da Bahia. Até o momento, o empreendimento é constituído por três usinas eólicas, cada uma com 30,0 MW de potência instalada – UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra, totalizando 90,0 MW. Trata-se do maior empreendimento detido integralmente pela Desenvix atualmente em andamento, com investimentos de R\$415 milhões.

Em dezembro de 2009, através do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte a um preço de R\$139,99/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Ao final do 1T11 o empreendimento apresentava avanço físico de 72%, superior ao avanço de 38% apresentado no final do 4T10. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para agosto de 2011.

#### Parque Eólico Barra dos Coqueiros

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

---

Localizada no município de Barra dos Coqueiros, próxima da capital Aracajú, Estado de Sergipe, o empreendimento, terá 30,0 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A Desenvix detém 88,33% de participação do empreendimento.

Assim como o Complexo Eólico Desenvix Bahia, a UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia a um preço de R\$152,00/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

O CAPEX estimado do projeto é de R\$130 milhões e o cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para julho de 2012.

#### Linhas de Transmissão - LTs

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

A Engevix alienou para a Desenvix sua participação de 25,5% na Goiás Transmissora e 25,5% na MGE Transmissora. Referida alienação foi autorizada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº2.792 de 1º de maio de 2011 e Resolução Autorizativa nº2.816 de 15 de março de 2011.

No total as linhas terão 517 km de extensão, sendo 259 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 640 milhões e o início da operação comercial está previsto para julho de 2012.

## 5) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. Ao final do 1T11 a companhia possuía um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento que somava 3.430 MW de potência instalada, sendo 1.624 MW próprios.

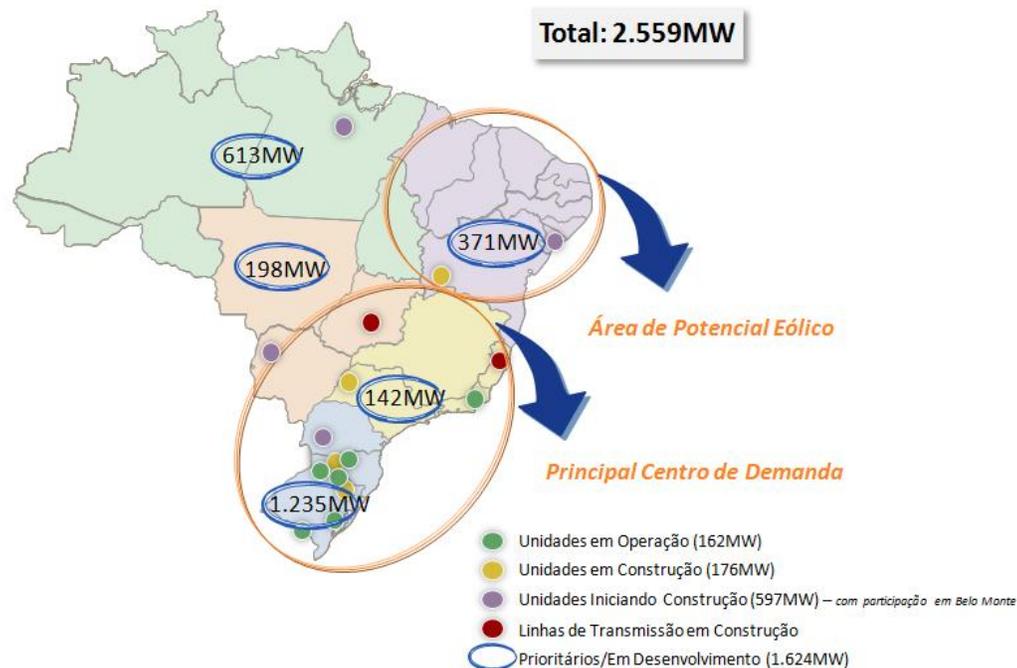
Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a implantação em um horizonte de 6 meses a 3 anos. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somavam 522 MW de potência instalada própria.

Outra característica interessante da carteira de projetos é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território brasileiro.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011



## 6) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### PREÇO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 1T11, o preço médio da energia comercializada foi de R\$ 155,85/MWh, redução de 11,3% na comparação com o 1T10, quando o preço médio foi de R\$ 175,70/MWh. A redução observada reflete a queda no preço da energia comercializada pela controlada Monel, uma vez que a partir do dia 1º de janeiro de 2011 deu início ao seu CCVE/ACR, cujo preço médio realizado no 1T11 foi de R\$ 146,81/MWh, contra o preço de R\$ 190,43/MWh praticado anteriormente através do seu CCVE/ACL, celebrado no período compreendido à sua antecipação comercial. Por outro lado, o preço médio da energia comercializada das PCHs contribuiu favoravelmente, apresentando crescimento de 4,4% na comparação entre os períodos, motivado pelos reajustes contratuais.

Preço Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	1T10	1T11	Variação % 1T11 x 1T10
<b>PCHs</b>	<b>159,16</b>	<b>166,15</b>	<b>4,4</b>
- Esmeralda	159,20	165,85	4,2
- Santa Laura	159,03	167,25	5,2
- Santa Rosa	159,20	165,85	4,2
<b>UHEs</b>	<b>190,43</b>	<b>146,81</b>	<b>-22,9</b>

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

-Monel	190,43	146,81	-22,9
<b>Preço Médio*</b>	<b>175,70</b>	<b>155,85</b>	<b>-11,3</b>

\* ponderado pela energia comercializada do período

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 1T11, a receita operacional bruta totalizou R\$ 29,4 milhões, redução de 8,1% na comparação com o 1T10, quando o valor foi de R\$ 32 milhões. A redução foi influenciada pelos menores preços médios registrados no período, entretanto parcialmente compensado pelo aumento de 42,3% na receita bruta dos serviços de O&M.

Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	1T10	1T11	Variação % 1T11 x 1T10
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>31.957</b>	<b>29.375</b>	<b>- 8,1</b>
- Fornecimento de energia	30.385	27.360	- 10,0
- Serviços O&M	1.352	1.925	42,3
- Outros serviços	220	90	- 59,1

### DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta, compostas por impostos e encargos setoriais, totalizaram R\$ 2,2 milhões no 1T11, ampliação de 40,7% na comparação com o mesmo período de 2010, quando atingiram R\$ 1,6 milhão. Estas deduções representaram 7,5% e 4,9% da receita operacional bruta do primeiro trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. Este acréscimo reflete principalmente o aumento dos impostos incidentes sobre a receita operacional bruta da subsidiária Monel, que no 1T10 apurava seus impostos pelo lucro presumido (sistema cumulativo, alíquota a 3,65%) e a partir de 1ª de janeiro de 2011 passou a apurar seus impostos pelo lucro real (sistema não cumulativo, alíquota a 9,25%).

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$27,2 milhões no 1T11, apresentando redução de 10,6% em relação ao 1T10, em linha com os efeitos apresentados pela receita bruta e deduções sobre a receita bruta.

### CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 11,0 milhões no 1T11, aumento de 5,4% na comparação com o mesmo período de 2010, quando atingiu R\$ 10,4 milhões, representando 40,4% e 34,3% da receita operacional líquida do primeiro trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. O aumento decorre principalmente do aumento de 98,4% com os custos de O&M, necessários para suportar a expansão operacional da subsidiária ENEX.

Custo dos Serviços	1T10	1T11	Variação %
--------------------	------	------	------------

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

Prestados (R\$ mil)	1T11 x 1T10		
<b>Custo Total</b>	<b>10.428</b>	<b>10.990</b>	<b>5,4</b>
- Fornecimento de energia	9.685	9.739	0,6
- Serviços O&M	514	1.020	98,4
- Outros serviços	229	231	0,9

### DESPESAS GERAIS

As despesas gerais cresceram de R\$ 6,6 milhões, no 1T10, para 8,4 milhões, no 1T11, representando crescimento de 26,4%. Representaram 30,9% e 21,8% da receita operacional líquida do primeiro trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. Esta variação decorreu, principalmente, do reconhecimento das perdas estimadas pela não construção da usina Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, referente aos 50% de participação adicionais, conforme transferência societária aprovada pela ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nº 2.789 e 2.791, de 22 de fevereiro de 2011. Também contribuiu para o aumento das despesas gerais, o crescimento dos honorários da administração, provocado pela estruturação organizacional implantada a partir de setembro de 2010 e que visa suportar o crescimento da empresa. Por outro lado, ajudaram a mitigar o aumento das despesas gerais, (i) a redução de 18,3% das despesas gerais e administrativas, em função principalmente da redução de serviços de terceiros e redução das despesas fixas, (ii) redução de 19,3% nos gastos com estudos e desenvolvimento, além (iii) das outras receitas operacionais, líquidas no valor de R\$108 mil.

Despesas Gerais (R\$ mil)	1T10	1T11	Varição % 1T11 x 1T10
<b>Despesas Totais</b>	<b>6.642</b>	<b>8.397</b>	<b>26,4</b>
- Gerais e administrativas	4.742	3.874	-18,3
- Honorários da administração	395	951	140,8
- Com estudos e desenvolvimento	1.505	1.214	-19,3
- Perdas com contratos de energia	-	2.466	100,0
- Outras receitas operacionais, líquidas	-	(108)	100,0

### EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA alcançou R\$14,9 milhões no 1T11, apresentando redução de 27,1% em relação ao 1T10, quando alcançou R\$ 20,4 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente (i) da redução da receita, em função da queda no preço médio, (ii) aumento do custo dos serviços e (iii) aumento das despesas gerais. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou redução de 12,5 p.p. na comparação entre os trimestres, representando 54,8% e 67,2% da receita operacional líquida no 1T11 e 1T10, respectivamente.

EBITDA	1T10	1T11	Varição %
--------	------	------	-----------

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

(R\$ mil)			1T11 x 1T10
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	13.332	7.799	-41,5
(+) Depreciação	7.092	7.091	-0,2
<b>EBITDA</b>	<b>20.424</b>	<b>14.890</b>	<b>-27,1</b>
Receita Líquida	30.402	27.186	-10,6
<b>Margem EBITDA</b>	<b>67,2%</b>	<b>54,8%</b>	<b>-12,5 p.p.</b>

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente auto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

### RESULTADO FINANCEIRO

No 1T11, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 12,7 milhões, redução de 12,2% na comparação com o mesmo período de 2010, quando o a despesa líquida foi de R\$ 14,4 milhões. A melhora decorre principalmente (i) da redução R\$ 2,3 milhões das despesas financeiras relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição da UBP da subsidiária Monel, (ii) da redução de R\$ 306 mil das despesas com cartas de fiança bancária e (iii) do aumento de R\$ 1,3 milhão da receita com aplicações financeiras atreladas ao CDI, incorridas pelo aumento do saldo de aplicações financeiras no período. Por outro lado, a redução favorável foi mitigada principalmente pelo aumento de R\$ 2,2 milhões das despesas de IOF em função das captações de endividamento do período.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T10	1T11	Variação % 1T11 x 1T10
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.934)</b>	<b>(14.941)</b>	<b>0,0</b>
- Com financiamentos	(10.654)	(10.571)	-0,8
- Cartas de fiança bancária	(624)	(318)	-49,0
- IOF e multa e juros sobre tributos	-	(2.218)	100,0
- Concessões a pagar e outros	(3.656)	(1.384)	-62,2
<b>Receitas financeiras</b>	<b>493</b>	<b>1.814</b>	<b>268,0</b>
- Com aplicações financeiras	266	1.536	477,4

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

- Variações monetárias ativas	20	-	-100,0
- Juros e outras	207	278	34,3
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(14.441)</b>	<b>(12.677)</b>	<b>-12,2</b>

### RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O resultado de participações societárias apresentou saldo positivo de R\$ 418 mil no 1T11, contra uma despesa de R\$ 51 mil no 1T10. O resultado do 1T11 é composto pela equivalência patrimonial de R\$ 335 mil das subsidiárias Goiás e MGE Transmissão S.A. e pelos dividendos de R\$ 83 mil recebidos da Dona Francisca Energética S.A..

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e Monel, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 1T11, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 1.008 mil, composto por despesa corrente de R\$ 1.721 mil e pela receita diferida de R\$ 713 mil. No mesmo período de 2010, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 1.060 mil composta apenas por despesa corrente.

### PREJUÍZO DO TRIMESTRE

No 1T11, foi registrado um resultado líquido negativo em R\$ 5,5 milhões, representando uma variação de 146,3% em relação ao 1T10, quando o resultado líquido negativo foi de R\$ 2,2 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

## 7) ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 31 de março de 2011, a dívida líquida somava R\$ 459,6 milhões, representando crescimento de 42,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando a dívida líquida somava R\$ 323,2 milhões. O aumento é função do comportamento dos componentes a seguir:

**Endividamento:** entre os trimestres em análise o endividamento apresentou crescimento de 24,3% ou R\$ 97,1 milhões em função das captações de empréstimos tipo ponte no valor de R\$ 105 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que as parcelas de longo prazo ocorram. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento a (i) redução de R\$ 7,2 milhões do financiamento do BNDES e (ii) a redução de R\$ 1,5 milhão do FINEP, ambos em função das amortizações ocorridas no período.

## Comentário do Desempenho

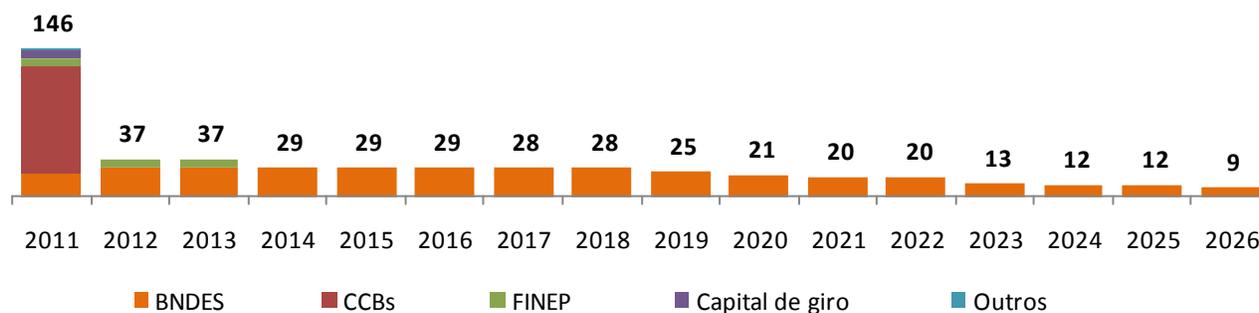


### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

**Caixa e aplicações financeiras:** declínio de R\$ 39,3 milhões em relação ao quarto trimestre de 2010, representando uma menor disponibilidade de recursos financeiros, em função das necessidades de investimentos nos atuais empreendimentos em implantação.

Dívida Líquida (R\$ mil)	4T10	1T11	Variação % 1T11 x 4T10
<b>Endividamento</b>	<b>399.012</b>	<b>496.149</b>	<b>24,3</b>
- Financiamento de obras - BNDES	362.589	355.357	-2,0
- Cédula de crédito bancário	-	106.323	100,0
- FINEP	26.008	24.536	-5,7
- Financiamento de capital de giro	10.005	9.402	-6,0
- Outros	410	531	29,5
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(75.811)</b>	<b>(36.536)</b>	<b>-51,8</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>323.201</b>	<b>459.613</b>	<b>42,2</b>

Nosso cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de 31 de março de 2011 é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



## 8) INVESTIMENTOS

No 1T11, foram investidos R\$184 milhões, sendo a maior parte dos recursos, R\$ 158,5 milhões direcionada para os empreendimentos em implantação, conforme mencionado no item 4. O atual plano de expansão da companhia

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - MARÇO 2011

prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, onde parte será financiada através de recursos junto às instituições bancárias.

Empreendimento (R\$ milhões)	Capex Total Estimado*	Investimento Realizado até 31/03/2011*	% Realizado
Moinho	93,1	48,9	52,5
Passos Maia	63,2	28,6	45,2
Enercasa	85,0	34,7	40,9
Complexo Eólico Desenvix Bahia	415,4	227,1	54,7
Parque Eólico Barra dos Coqueiros	130,0	1,8	1,4
LTs MGE e Goiás	163,7	12,0	7,3
SE Caldas Novas	6,9	0,0	0,1
<b>Investimento Total</b>	<b>957,5</b>	<b>353,0</b>	<b>36,9</b>

\*considera participação societária da Desenvix

Outros investimentos do período incluem aquisição de terras, gastos apropriados ao ativo intangível, aquisição de investimentos além de concessões e pagamentos de recursos.

## 9) GESTÃO DE PESSOAS

Ao final do mês de março de 2011 a companhia contava com 59 colaboradores diretos, além dos 268 empregados da ENEX. Do efetivo da Desenvix, 30 são engenheiros com experiência relevante no setor energético, e em constante aprimoramento técnico através programas de educação continuada e do desenvolvimento de cursos de formação e capacitação profissional, que são estendidos a todo o efetivo da empresa.

## Notas Explicativas

### Contexto operacional

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Saneamento Básico, Controle de Poluição, Tratamento de Efluentes Industriais, Gás, Biocombustível, Transportes, bem como a prestação de serviços de Assessoria, Consultoria, Administração, Gerenciamento e Supervisão, nas suas áreas de atuação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Companhia de Desenvix S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

O Grupo, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda., atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria, em 5 de julho de 2011.

#### (a) Operações

O Grupo Desenvix investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas (UHEs); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); (iii) Usinas Eólicas (UEEs); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa (UTES) e (v) Linhas de Transmissão.

A energia produzida é negociada por meio de contratos de compra e venda, celebrados tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual o preço é negociado diretamente entre o consumidor e produtor, quanto no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual o preço da energia é determinado por meio de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

A produção de energia das PCHs Esmeralda S.A., Santa Rosa S.A. e Santa Laura S.A., foi totalmente vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), através de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE), usualmente por um período de 20 anos, firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. A produção de energia da UHE Monel Monjolinho Energética S.A., consoante contrato firmado de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 3º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2006, foi vendida para distribuidoras por um prazo de 30 anos, a partir de janeiro de 2011. Adicionalmente, em setembro de 2008 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com o cliente privado, pelo qual foi contratada a venda de energia para o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (42 MW médios).

#### (i) Empreendimentos em operação

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações para operação de PCHs e participação integral em empreendimentos em operação que incluem:

<u>Empresas</u>	<u>Data de início das operações</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato (autorizações)</u>
Esmeralda S.A.	23.12.06	Bernardo José	22,2	21.12.31
Santa Laura S.A.	01.10.07	Chapecozinho	15	27.09.30
Santa Rosa S.A. (*)	01.07.08	Grande	30	31.05.31

(\*) Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta

## Notas Explicativas

afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

A recomposição da Usina encontra-se em fase bastante avançada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho, restando a terceira unidade geradora que está com seu "estator do gerador" em avaliação pelo fabricante.

A Santa Rosa S.A., está emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, assim como está recebendo os montantes faturados. Tal possibilidade tem por base a sua participação no MRE (Nota 25(a)), assim como pelo fato da ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação), não sendo esperadas perdas relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração em janeiro ou fevereiro de 2012, data estimada em que a entidade reguladora disponibilizará o montante do ajuste decorrente do processo de realocação de energia. Em 6 de junho de 2011, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.418, suspendendo a operação comercial da unidade geradora nº 3, sendo a suspensão em caráter temporário até que a condição operativa da referida unidade geradora seja restabelecida.

Os gastos previstos para recomposição total da Usina é da ordem de R\$ 4,5 milhões, (até 31 de março de 2011 foram incorridos gastos, no montante de R\$ 2.416, apresentados no ativo circulante), mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

As autorizações para as empresas atuarem como produtores independentes de energia elétrica estabelecem que: (i) por ocasião de seu vencimento, poderão, a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), serem prorrogadas; (ii) não é requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público; e (iii) ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a empresa restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas e por meio de investimentos avaliados ao custo, detém concessões para operação de serviço público de geração de energia elétrica através de UHEs:

<u>Empresas</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	Passo Fundo	74	22.04.37
Dona Francisca Energética S.A. (ii)	Jacuí	125	28.08.33
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (iii)	Das Antas	360	31.12.29

- (i) A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.
- (ii) A UHE Dona Francisca está em operação comercial desde fevereiro de 2001, sendo que a energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à COPEL por meio da celebração de CCVE, por um período de suprimento de 15 anos. A Companhia detém 2,12% do empreendimento.
- (iii) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

Os serviços de operação e manutenção das PCHs e da UHE Monjolinho estão contratados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

### (ii) Projetos em construção

#### • PCH Moinho

A PCH Moinho S.A. localizada no rio Bernardo José, no Rio Grande do Sul, está em fase de construção, sendo sua conclusão prevista para setembro de 2011. A geração de energia da PCH foi inicialmente vendida para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. por um período de 14 anos, a partir de janeiro de 2011. O CCVE celebrado prevê o fornecimento mensal de 7 MW/médios.

## Notas Explicativas

Em 6 de novembro de 2009, foi firmado o primeiro termo aditivo ao CCVE, estabelecendo aumento no prazo fixado para apresentação da documentação relativa à estruturação financeira decorrente da contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Em decorrência do atraso na construção da usina, derivado do assunto mencionado a seguir, foi firmado em 16 de abril de 2010 o segundo termo aditivo ao referido contrato, retificando o período de fornecimento de energia para 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2024.

A construção da PCH Moinho esteve paralisada em decorrência de diversos atos praticados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), inclusive depredação de determinados bens, tendo a empresa enviado correspondências ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República), Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, assim como sendo lavrado diversos boletins de ocorrência comunicando tais fatos, tendo inclusive uma ordem de reintegração de posse a favor da empresa, não cumprida.

Em 16 de abril de 2010, foi firmada a ata de reunião da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Vacaria, onde os representantes da Promotoria, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e os advogados da empresa e dos interessados, ajustaram as seguintes condições na solução das questões emergentes da construção da PCH: (i) as obras da PCH serão retomadas na primeira semana do mês de maio de 2010; (ii) as partes deverão assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde serão detalhadas as condições de satisfação das demandas formuladas pelos interessados ao Ministério Público Estadual, bem como as responsabilidades pessoais dos ajustantes e as garantias para o fiel cumprimento do ajustado, especialmente no pertinente à finalização das obras da PCH; (iii) os interessados serão convocados pelo Ministério Público Estadual, no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, de modo que, por intermédio de Termos de Ajustes

Complementares, sejam estabelecidas as regras e procedimentos para concretização de eventual transmissão de propriedade e/ou aquisição, sempre assegurando-se 5 ha de área agriculturável por interessado, comprometendo-se a empresa a disponibilizar um estudo técnico agrícola para acompanhamento das condições ambientais na implantação para exploração dos lotes; (iv) as ações judiciais em andamento deverão ser compostas amigavelmente podendo a empresa assumir, mediante negociação específica, eventuais honorários de advogados e custas processuais; e (v) o representante dos interessados assume, perante o Ministério Público e diante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a responsabilidade de assegurar, junto aos seus representados, que os termos ora ajustados serão por eles cumpridos, especialmente garantindo as condições para retomada imediata do empreendimento e sua não interrupção.

Em 20 de agosto de 2010, foi firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) que serão firmados Termos de Ajustamento de Conduta Complementares, com cada interessado, de modo a viabilizar a consecução ao presente TAC; (ii) que a Moinho S.A. garantirá o mínimo de 5 ha de terras agriculturáveis na região para cada interessado indicado pelo Ministério Público Estadual, nos termos do respectivo TAC Complementar, com garantias de acesso e devidamente mapeados, de modo a permitir que os beneficiários trabalhem na terra produzindo o seu sustento econômico; e (iii) que no prazo máximo 60 dias contados da conclusão das obras, a Moinho S.A. transmitirá as respectivas propriedades de acordo com os TACs Complementares a serem firmados, mediante cláusula modal, declarando, desde já, possuir 79,06 ha disponíveis entre áreas a serem destinadas à agricultura familiar e à composição das respectivas reservas legais.

### PCH Passos Maia

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Adami S.A. o "Contrato de Cessão de Direitos de Subscrição de Ações e Outras Avenças Sujeito a Condição", estabelecendo, dentre outros, o seguinte: (i) que a Companhia subscreveria ações em quantidade equivalente a 50% da participação societária mantida na Passos Maia S.A.; (ii) que a referida subscrição corresponderia a 338.100 novas ações ordinárias a serem integralizadas pelo montante de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.619 a título de ágio na subscrição de ações; e (iii) que a efetividade da referida operação estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no Diário Oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial a cessão de direitos de subscrição de ações da Passos Maia S.A. pela Companhia. A referida autorização da ANEEL ocorreu em 11 de maio de 2010, mediante publicação da Resolução Autorizativa nº 3.385/10.

## Notas Explicativas

A PCH Passos Maia, localizada no rio Chapecó, no município de Passos Maia (SC), terá potência instalada de 25 MW e reservatório com área de 175 ha. As obras tiveram início no mês de janeiro de 2010 e a entrada em operação comercial está prevista para janeiro de 2012, estando a energia a ser produzida vendida para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. por meio de contrato bilateral do mercado livre, pelo prazo de 14 anos a partir da data de início da operação comercial.

Em 20 de maio de 2010 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando um novo aumento de capital social, no montante de R\$ 3.634, sendo o mesmo integralizado totalmente pela Adami. Nessa mesma data, a Companhia e a Adami assinaram o Acordo de Acionistas estabelecendo termos e condições para disciplinar o seu relacionamento, especialmente no tocante ao direito de voto e ao exercício de controle; os termos deste Acordo determinam que decisões essenciais ao andamento do negócio sejam tomadas em consenso pelos acionistas, estabelecendo o controle conjunto.

No mês de junho de 2010 a Companhia efetuou os aportes de capital totalizando R\$ 9.681, correspondentes aos R\$ 10.000 anteriormente mencionados. Por ocasião dos referidos aportes foi apurado um ágio de R\$ 4.516. No mês de julho de 2010 a Companhia integralizou a parcela remanescente do capital social (R\$ 319), bem como realizou a subscrição e integralização de R\$ 3.634, para assim equalizar sua participação de 50% no capital social da Passos Maia; em decorrência dos referidos aportes realizados até 30 de setembro de 2010, o capital social da Passos Maia passou a ser de R\$ 14.030 e tendo uma Reserva de Ágio na Subscrição de Ações, no montante de R\$ 6.619. A participação da Companhia na Passos Maia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de 50% (Notas 8 e 27).

### • **Parques eólicos**

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente.

As referidas empresas controladas se encontram em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte. A energia a ser produzida foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir da data de início da operação comercial.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2010, foram aprovados aumento do capital social das controladas Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., nos montantes de R\$ 3.150, R\$ 3.150 e R\$ 3.150, respectivamente, mediante a transferência dos projetos e estudos do Parque Eólico em implantação, os quais foram desenvolvidos pela Companhia.

### • **Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa")**

Proprietária da UTE Decasa, projetada para utilizar o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. A UTE Decasa firmou contrato de venda de energia de reserva por um período de suprimento de 15 anos.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão nº 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER nº 23/08; ou seja, tudo isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra localidade

## Notas Explicativas

que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao *status quo ante*; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação está vinculada à aprovação pela ANEEL da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

### . Linhas de transmissão

Em 22 de outubro de 2010, foram firmados os Contratos de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com a Engevix Engenharia S.A. (parte relacionada - Nota 1), onde a Companhia adquiriu 25,5% de participação no capital social das seguintes empresas:

- .. MGE Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.840, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 008/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2, Circuito Simples, em 500 kV, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e Viana 2 - Viana, Circuito Duplo, em 335 kV, bem como pela Subestação Viana 2, 500/345 kV, no Estado do Espírito Santo.
- .. Goiás Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.929, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 002/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Rio Verde Norte - Trindade, Circuito Duplo, em 500 kV, Trindade - Carajás, Circuito Simples, em 230 kV, bem como pela Subestação Trindade, 500/230 kV, no Estado do Goiás.

Os contratos acima mencionados contêm cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL. Na hipótese da ANEEL negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos.

Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

### (iii) Projetos em estruturação

O Grupo Desenvix tem participação em projetos em estruturação que incluem, entre outros:

## Notas Explicativas

### • Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("UHE Cubatão")

Empreendimento planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.

### • Outras informações

- .. Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. Em contrapartida à alienação das ações, a Companhia se comprometeu a pagar o montante equivalente ao valor integralizado, até a data da transferência, como contraprestação pela subscrição das ações, corrigido pela variação diária da Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão organizado de ativos e derivativos.

O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final.

- .. Termo de Compromisso firmado com a Neoenergia S.A., em 23 de setembro de 2008, que garante a participação de 10% no capital social da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída e que terá por atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, mediante condição suspensiva da Neoenergia S.A. sagrar-se vencedora do leilão de energia. O referido empreendimento ainda não obteve a licença ambiental de instalação, assim como ainda não foi constituída a referida SPE e, conseqüentemente, não teve início a construção da referida Usina, mesmo tendo a Neoenergia S.A. logrado êxito no referido leilão.
- .. Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da ENERGEN - Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquirirá a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 6.183, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação está condicionada a que a JP Participações Ltda. implemente uma reestruturação societária na estrutura de participação na ENERGEN, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da ENERGEN para a Companhia pela ANEEL.
- .. Subestação Caldas Novas: o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia terá participação de 25,05% na referida sociedade.

### (b) Alterações societárias

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP

## Notas Explicativas

Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

### (c) Reestruturação societária

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovados os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") e a correspondente incorporação do acervo líquido da Cevix pela Companhia. O referido acervo líquido avaliado a valor contábil em 31 de agosto de 2010 por três peritos totalizou R\$ 461.988, representado por:

Caixa e equivalentes de caixa	116.601
Despesas antecipadas e outros créditos	744
Partes relacionadas	76.248
Investimentos em controladas	
Esmeralda S.A.	27.857
Santa Laura S.A.	32.409
Santa Rosa S.A.	57.854
Monel Monjolinho Energética S.A.	131.018
Moinho S.A.	24.742
Fornecedores	(55)
Partes relacionadas	(5.359)
Demais contas a pagar	(71)
Acervo líquido incorporado	<u>461.988</u>

Como deliberado na referida Assembleia, o acervo líquido incorporado teve a seguinte destinação: aumento do capital social e manutenção das reservas legal e de retenção de lucros, nos montantes de R\$ 433.647 e R\$ 28.341, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 546.787, representado por 671.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovadas as seguintes deliberações: aumento do capital social da Companhia em R\$ 112.940 mediante: (i) capitalização da reserva legal e de parcela do lucro líquido do exercício em curso, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 33.161, respectivamente; e (ii) admissão do acionista Fundo de Investimento em Participações Desenvix, o qual subscreveu e integralizou capital social, no montante de R\$ 79.756. Em decorrência do referido aumento o capital social subscrito passou a ser de R\$ 113.140, representado por 132.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

## Notas Explicativas

O lucro líquido do exercício utilizado para aumento de capital, no montante de R\$ 33.161, correspondia ao resultado apurado no período de oito meses findo em 31 de agosto de 2010.

- (iii) Em reunião do Conselho de Administração da Cevix Energias Renováveis S.A., realizada em 16 de setembro de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 12.500, decorrentes de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros.
- (iv) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial e Instrumento de Justificação, celebrado entre a Companhia e a Jackson Empreendimentos Ltda., aprovando a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia e correspondente incorporação da parcela cindida pela sociedade controladora. O referido acervo líquido cindido avaliado a valor contábil em 30 de junho de 2010 por três peritos totalizou R\$ 220.101, representado por: (i) investimento mantido no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, no montante de R\$ 272.234; e (ii) contas a pagar representado por financiamento contratado junto ao Banco Votorantim S.A. e contas a pagar (mútuo) a Cevix Energia Renováveis S.A., nos montantes de R\$ 51.922 e R\$ 211, respectivamente. Em decorrência, o capital social da Companhia foi reduzido por R\$ 220.101, passando a ser naquela data de R\$ 200, representado por 3.760 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.
- (v) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2010, foram aprovados os seguintes assuntos: (a) abertura de capital da Companhia a ser feita por meio de pedido de registro à CVM nos termos da Instrução Normativa CVM nº 480 e (b) grupamento de ações da Companhia, que foi realizado na proporção de 6,709999989 ações ordinárias para cada uma ação ordinária ("Grupamento"), de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Face ao Grupamento ora aprovado, o número total de ações da Companhia será de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação - "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 546.787, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Em decorrência do referido processo de reestruturação societária, a Jackson Empreendimentos Ltda. participará com 75% das quotas do Fundo Caixa FIP Cevix e do Fundo de Investimento em Participações Desenvix, os quais terão 100% de participação na Desenvix Energias Renováveis S.A.

### (d) Posição financeira

Em 31 de março de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 240.189 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 23.273), motivado, em grande parte, pela utilização de parcela substancial dos recursos financeiros aportados como capital social e pela admissão de um novo acionista (Nota 1(b)) na construção das usinas eólicas e PCHs em andamento (Nota 1(a)(ii)). O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 402.414, composto como segue: (a) PCH Moinho - contrato de financiamento já assinado com o BNDES, no montante de R\$ 47.850, sendo que R\$ 40.000 foram liberados em 8 de julho de 2011; (b) PCH Passos Maia - contrato já assinado com o BNDES, no montante de R\$ 86.564, tendo sido liberado o montante de R\$ 60.000 em maio de 2011, e o saldo remanescente com previsão de liberação até outubro de 2011; e (c) Eólicas - financiamento em fase de assinatura de contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$ 268.000, sendo estimada liberação de R\$ 193.000 até 22 de julho de 2011 e o restante em parcelas trimestrais até dezembro de 2011. Além disso, a Companhia está avaliando alternativas de captação de instrumentos de patrimônio no segundo semestre de 2011 com investidor estratégico de grande porte do setor. Caso as negociações para captação de instrumentos de patrimônio não se viabilizem até o início do segundo semestre de 2011, a Companhia avaliará parcerias com outros investidores ou a emissão de dívida de longo prazo com o intuito de captar os recursos remanescentes para implementação de seu plano estratégico.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

### 2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A demonstração do resultado abrangente (controladora e consolidado) não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito; ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis consolidadas foram elaboradas, adicionalmente, de acordo com o IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pela International Accounting Standards Board (IASB), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As referidas políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente (Demonstração Financeira Padrão (DFP)).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas: Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, Cevix Energias Renováveis S.A., Esmeralda S.A., Macaúbas Energética S.A., Moinho S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Seabra Energética S.A.; e (ii) controladas em conjunto: Enercasa - Energia Caiuá S.A., Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Passos Maia Energética S.A.

#### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais decorre da manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras da sociedade controlada Santa Rosa S.A., conforme permitido pela Lei nº 11.638/07.

#### (c) Demonstrações dos fluxos de caixa

As transações que não afetaram caixa em 31 de março de 2011 e de 2010 são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a pagar a fornecedores, impostos e contribuições, indenizações a pagar e outros passivos decorrentes de aquisição de bens do imobilizado			66.016	16.935
Contas a pagar por aquisição de terras	1.837	3.150	4.077	3.150
Contas a pagar a fornecedores decorrentes de gastos do ativo intangível		4.368		4.368
	<u>1.837</u>	<u>7.518</u>	<u>70.193</u>	<u>24.453</u>

## Notas Explicativas

### 2.2 Consolidação

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

##### (i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

##### (ii) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

##### (iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu

## Notas Explicativas

valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### (b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, pela (i) avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

### 2.3 Apresentação de informação por segmentos

O Grupo não elabora demonstrações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## Notas Explicativas

### 2.6 Instrumentos financeiros

#### 2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

##### (b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.

##### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos sobre os quais a Companhia não possui influência significativa ou controle, não derivativos, que foram designados nessa categoria por não atenderem às características das outras categorias. Estes investimentos estão apresentados na conta de investimentos, no ativo não circulante, tendo em vista que a administração não pretende alienar estes investimentos em até 12 meses após a data do balanço.

#### 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

## Notas Explicativas

A administração estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, contando com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

### 2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

### 2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (a) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (b) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* (provisão para créditos de realização duvidosa), se necessária.

### 2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas substancialmente pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária, despesas incorridas com processo de abertura de capital e seguros, apropriados *pro rata temporis*, estão demonstradas ao custo.

### 2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

## Notas Explicativas

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 10).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

### 2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 11, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

### 2.11 Intangível

#### (a) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

## Notas Explicativas

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

### (b) **Direito de concessão - uso do bem público**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

### (c) **Licenças ambientais**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Notas 10 e 14).

### **2.12 Diferido**

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram origem no período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

### **2.13 Redução ao valor recuperável**

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de março de 2011, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

### **2.14 Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

## Notas Explicativas

### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09, "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

#### 2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### 2.16 Passivos financeiros

##### 2.16.1 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

##### 2.16.2 Concessões a pagar

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,56%.

#### 2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### 2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### 2.19 Reconhecimento da receita

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles

## Notas Explicativas

que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

### 2.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

#### (a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### (b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 22.

### 2.21 Benefícios a empregados e dirigentes

O Grupo não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participação nos lucros.

### 2.22 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

## Notas Explicativas

### 2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

#### (a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- (i) IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", emitido em maio de 2011, baseia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como o fator determinante para saber se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. O IFRS 10 fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controle onde isso for de difícil avaliação. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 10.
- (ii) IFRS 11, "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011, estabelece uma reflexão de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. O IFRS 11 estabelece dois tipos de acordos em conjunto: operações conjuntas e empreendimento controlado em conjunto. O IFRS 11 não mais permite consolidação proporcional para empreendimentos controlados em conjunto. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 11.
- (iii) IFRS 12, Divulgações de Participações em Outras Entidades, emitido em maio de 2011, estabelece requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos em conjunto, coligadas, entidades de propósito específico e outras entidades não registradas nas demonstrações financeiras (*off balance sheet vehicles*). A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 12.
- (iv) IFRS 13, "Mensuração pelo Valor Justo", emitido em maio de 2011, tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade fornecendo uma definição precisa do valor justo e uma única fonte de mensuração do valor justo, assim como estabelecer requisitos de divulgação para uso em todos os IFRS. Os requerimentos do IFRS 13 não estendem o uso da contabilidade de valor justo, mas fornecem orientação sobre como deve ser aplicada quando o seu uso já é exigido ou permitido por outras normas.  
  
A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 13.
- (v) IAS 28 R (revisado), Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, emitido em maio de 2011, inclui requerimento para entidades controladas em conjunto e associadas serem mensuradas por equivalência patrimonial após a emissão da IFRS 11. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IAS 28 R.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela

## Notas Explicativas

ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

### (b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

### (c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2010, seria R\$ 5.484 menor ou R\$ 8.032 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

## 4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, podem ser assim sumariados:

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Total dos financiamentos (Nota 12)	496.149	399.012
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.935	57.672
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	18.601	18.139
Dívida líquida	<u>459.613</u>	<u>323.201</u>
Total do patrimônio líquido	<u>582.756</u>	<u>588.224</u>
Total do capital	<u>1.042.369</u>	<u>911.425</u>
Índice de alavancagem financeira - %	44,09	35,46

Conforme mencionado na Nota 7, as aplicações financeiras retricas são mantidas para fazer face ao pagamento de certas dívidas consideradas neste cálculo.

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de março de 2011 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção (Nota 1(a)(ii)).

O capital é administrado somente ao nível consolidado.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Caixa e bancos	2.447	192	9.010	9.163
Aplicações financeiras	<u>5.577</u>	<u>38.943</u>	<u>8.925</u>	<u>48.509</u>
	<u>8.024</u>	<u>39.135</u>	<u>17.935</u>	<u>57.672</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

## Notas Explicativas

### 6 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Fornecimento de energia elétrica				
Eletrobras - PROINFA			6.123	8.623
Terceiros			6.431	4.150
Depósitos judiciais				7.773
Cientes - terceiros	26	6.416	1.054	7.311
Cientes - partes relacionadas (Nota 11)	<u>1.620</u>	<u>490</u>	<u>90</u>	<u>250</u>
	<u>1.646</u>	<u>6.906</u>	<u>13.698</u>	<u>28.107</u>

- (a) Fornecimento de energia elétrica - está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (b) Depósitos judiciais - corresponde a parcela do montante decorrente do fornecimento de energia elétrica dos meses de setembro e outubro de 2009, depositado em juízo em decorrência da ação judicial em curso (Nota 26(c)(iii)). Em fevereiro de 2011, o referido montante foi recebido.
- (c) Cientes - terceiros - o saldo em 31 de dezembro de 2010 corresponde substancialmente a recebível por venda de projeto básico e estudo de inventário da UHE Garibaldi, recebido em janeiro de 2011.

Em 31 de março de 2011, não haviam créditos vencidos ou com expectativa de perda; portanto, não foi constituída provisão para créditos de realização duvidosa.

#### Concentração de risco

A Eletrobras (PROINFA) é responsável por mais de 51% da receita líquida do Grupo no trimestre findo em 31 de março de 2011, pois adquiriu a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Esmeralda até 22 de dezembro de 2026, Santa Rosa até 30 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado.

### 7 Aplicação financeira restrita

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Aplicação financeira restrita	<u>18.601</u>	<u>18.139</u>

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e UHE Monel Monjolinho Energética S.A., as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Unibanco S.A. (atual Itaú Unibanco S.A.), Bradesco S.A. - Fundo Cotista DI ou de Renda Fixa e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## Notas Explicativas

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, aproximam-se de seus valores contábeis.

A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	18.139
Rendimentos, líquidos do IRRF	<u>462</u>
Em 31 de março de 2011	<u><u>18.601</u></u>

## 8 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Em empresas controladas	300.747	294.259		
Em empresas coligadas e outras	<u>78.711</u>	<u>66.720</u>	<u>78.711</u>	<u>66.720</u>
	379.458	360.979	78.711	66.720
Aquisição de terras	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>
	<u><u>400.897</u></u>	<u><u>381.919</u></u>	<u><u>100.150</u></u>	<u><u>87.660</u></u>

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	<u>31 de março de 2011</u>				
	<u>Custo</u>	<u>Ágio</u>	<u>AFAC</u>	<u>Provisão para perda</u>	<u>Total do investimento</u>
Empresas controladas					
Monel Monjolinho Energética S.A.	122.220				122.220
Santa Laura S.A.	30.822				30.822
Santa Rosa S.A.	55.950				55.950
Esmeralda S.A.	29.468				29.468
Moinho S.A.	19.367		6.850		26.217
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	3.357				3.357
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	634				634
Macaúbas Energética S.A.	2.856				2.856
Novo Horizonte Energética S.A.	2.869		32		2.901
Passos Maia Energética S.A.	19.863	3.541			23.404
Seabra Energética S.A.	<u>2.886</u>		<u>32</u>		<u>2.918</u>

**Notas Explicativas**

	<u>290.292</u>	<u>3.541</u>	<u>6.914</u>		<u>300.747</u>
Empresas coligadas e outros					
Goiás Transmissão S.A.	7.200				7.200
MGE Transmissão S.A.	4.791				4.791
BBE Bioenergia S.A.	2.213			(2.213)	
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	103		1.210		1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338		325		663
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	57.424				57.424
Dona Francisca Energética S.A. (*)	<u>7.320</u>				<u>7.320</u>
	<u>79.389</u>		<u>1.535</u>	<u>(2.213)</u>	<u>78.711</u>
	<u>369.681</u>	<u>3.541</u>	<u>8.449</u>	<u>(2.213)</u>	<u>379.458</u>

(\*) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 40.285, (líquido dos efeitos tributários - R\$ 35.587). Para 31 de março de 2011, a Companhia manteve o valor justo desses investimentos apurado em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não terem sido observadas, no trimestre, variações nas principais premissas adotadas na determinação do valor justo de tais investimentos.

**31 de dezembro de 2010**

	<u>Custo</u>	<u>Ágio</u>	<u>AFA C</u>	<u>Provisão para perda</u>	<u>Total do investiment o</u>
Empresas controladas					
Monel Monjolinho Energética S.A.	121.302				121.302
Santa Laura S.A.	31.340				31.340
Santa Rosa S.A.	54.960				54.960
Esmeralda S.A.	27.672				27.672
Moinho S.A.	19.373		6.850		26.223
Enercasa - Energia Caiuá S.A.					
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	534				534
Macaúbas Energética S.A.	2.927				2.927
Novo Horizonte Energética S.A.	2.911		32		2.943
Passos Maia Energética S.A.	19.867	3.541			23.408
Seabra Energética S.A.	<u>2.918</u>		<u>32</u>		<u>2.950</u>
	<u>283.804</u>	<u>3.541</u>	<u>6.914</u>		<u>294.259</u>
Empresas coligadas e outros					
Goiás Transmissão S.A.					
MGE Transmissão S.A.					
BBE Bioenergia S.A.	2.213			(2.213)	
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	103		1.210		1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338		325		663

**Notas Explicativas**

CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	57.424			57.424
Dona Francisca Energética S.A. (*)	<u>7.320</u>			<u>7.320</u>
	<u>67.398</u>		<u>1.535</u>	<u>(2.213)</u>
	<u>351.202</u>	<u>3.541</u>	<u>8.449</u>	<u>(2.213)</u>
				<u>360.979</u>

(\*) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 40.285, (líquido dos efeitos tributários - R\$ 35.587). Para 31 de março de 2011, a Companhia manteve o valor justo desses investimentos apurado em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não terem sido observadas, no trimestre, variações nas principais premissas adotadas na determinação do valor justo de tais investimentos.

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2010

	<u>Participação no Capital Social (%)</u>	<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do trimestre</u>	<u>Valor do investimento</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para passivo a descoberto</u>	<u>Lucros distribuídos ou a distribuir</u>
Empresas controladas							
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix			4.012		3.686		(8.142)
Cevix Energias Renováveis S.A.							
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	123.824		121.302			(3.372)
Santa Laura S.A.	99,99	31.635		31.340			(499)
Santa Rosa S.A.	99,99	56.755		54.960			(704)
Esmeralda S.A.	99,99	27.873		27.672			(1.604)
Moinho S.A.	99,99	28.011		26.223			
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	50	(4.932)	(92)			(252)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	50	1.068	289	534	144		(150)
Macaúbas Energética S.A.	99,99	2.927	(79)	2.927	(10)		
Novo Horizonte	99,99	2.943	(79)	2.943	(10)		
Passos Maia Energética S.A.	50	39.734		23.408			
Seabra Energética S.A.	99,99	2.950	(78)	2.950	(10)		
Empresas coligadas e outros							
Goiás Transmissão S.A.		26.875					
MGE Transmissão S.A.		17.683					
BBE Bioenergia S.A.	25						
Enerpar Energia do Paraná e							
Participações S.A.	25	457	(3)	1.313	(51)		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	1.691		663			
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	5	557.742	10.120	57.424			
Dona Francisca Energética S.A.	2,12	99.616	6.182	<u>7.320</u>			
				<u>360.979</u>	<u>3.749</u>	<u>(252)</u>	<u>(14.471)</u>

**Notas Explicativas**

31 de dezembro de 2011

	<u>Participação no Capital Social (%)</u>	<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do trimestre</u>	<u>Valor do investimento</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para passivo a descoberto</u>	<u>Lucros distribuídos ou a distribuir</u>
Empresas controladas							
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix							
Cevix Energias Renováveis S.A.							
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	124.720	1.631	122.220	919		
Santa Laura S.A.	99,99	31.113	675	30.822	679		(1.197)
Santa Rosa S.A.	99,99	57.725	970	55.950	990		
Esmeralda S.A.	99,99	29.666	1.793	29.468	1.796		
Moinho S.A.	99,99	28.005	(6)	26.217	(6)		
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	3.357	(586)	3.357	(586)	(2.466)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	50	1.268	200	634	100		
Macaúbas Energética S.A.	99,99	2.856	(71)	2.856	(71)		
Novo Horizonte	99,99	2.901	(42)	2.901	(42)		
Passos Maia Energética S.A.	50	39.726	(8)	23.404	(4)		
Seabra Energética S.A.	99,99	2.918	(32)	2.918	(32)		
Empresas coligadas e outros							
Goiás Transmissão S.A.	25,5	28.237	1.362	7.200	1.381		
MGE Transmissão S.A.	25,5	18.789	1.105	4.791	(1.046)		
BBE Bioenergia S.A.	25						
Enerpar Energia do Paraná e							
Participações S.A.	25	411	(3)	1.313			
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	1.683		663			
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	5	573.326	15.584	57.424			
Dona Francisca Energética S.A.	2,12	107.416	7.875	<u>7.320</u>			
				<u>379.458</u>	<u>4.078</u>	<u>(2.466 )</u>	<u>(1.197 )</u>

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho S.A. em 31 de março de 2011 foram ajustados, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.500, R\$ 198, R\$ 291, R\$ 1.775 e R\$ 1.788, respectivamente.

**Notas Explicativas**

A movimentação dos investimentos e da provisão para passivo a descoberto, pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>Investimentos</b>	<b>Provisão para passivo a descoberto</b>
Em 31 de dezembro de 2009	303.180	(2.153)
Aquisição de terras	3.024	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	289	
Dividendos recebidos	(150)	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>3.749</u>	<u>(252)</u>
Em 31 de março de 2010	<u>310.092</u>	<u>(2.405)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	381.919	(2.466)
Aquisição de terras	499	
Aquisição de participação societária e aportes de capital - linhas de transmissão	11.651	
Aporte de capital - Enercasa	3.947	4.932
Dividendos recebidos ou a receber	(1.197)	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>4.078</u>	<u>(2.466)</u>
Em 31 de março de 2011	<u>400.897</u>	<u></u>

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	<b>Passos Maia Energética S.A.</b>		<b>Enex O&amp;M de Sistemas Elétricos Ltda.</b>		<b>Enercasa - Energia Caiuá S.A.</b>
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Ativo					
Circulante	1.443	1.950	2.812	2.668	290
Não circulante					
Realizável a longo prazo			16	14	
Imobilizado	64.224	47.992	666	636	11.066
Intangível			<u>392</u>	<u>362</u>	
	<u>65.667</u>	<u>49.942</u>	<u>3.886</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	25.942	10.208	2.026	2.001	11.814
Passivo não circulante			592	611	4.474
Patrimônio líquido	<u>39.725</u>	<u>39.734</u>	<u>1.268</u>	<u>1.068</u>	<u>(4.932)</u>
	<u>65.667</u>	<u>49.942</u>	<u>3.886</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Passos Maia Energética S.A.</b>	<b>Enex O&amp;M de Sistemas Elétricos Ltda.</b>	<b>Enercasa - Energia Caiuá S.A.</b>
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Resultado do período			
Receita líquida		4.444	3.668
Custo dos serviços prestados		(2.708)	(1.555)
Despesas operacionais	(4)	(1.382)	(1.674)
Resultado financeiro	(4)	(58)	(9)
Imposto de renda e contribuição social		(96)	(140)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(8)</u>	<u>200</u>	<u>290</u>

**(c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas**

Considerando o processo de reestruturação societária ocorrido, como mencionado na Nota 1(c), que resultou na transferência da participação mantida pela Companhia no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix (controladora da Cevix Energias Renováveis S.A.) para a Jackson Empreendimentos Ltda., mediante processo de cisão, e na incorporação da Cevix Energias Renováveis S.A. (controladora das sociedades a seguir mencionadas), a Companhia passou a ser a controladora direta das empresas a seguir mencionadas:

- (i) Santa Rosa S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de maio de 2002 (Resolução nº 279) para explorar uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 30.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em julho de 2008.
- (ii) Esmeralda S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de dezembro de 2001 (Resolução nº 605) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 22.200 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em dezembro de 2006.
- (iii) Santa Laura S.A. - autorização obtida da ANEEL em 27 de setembro de 2000 (Resolução nº 379) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 15.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em outubro de 2007.
- (iv) Monel Monjolinho Energética S.A. - Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 18/2002, datado de 23 de abril de 2002, para explorar uma usina hidrelétrica (UHE) de 74 MW, bem como as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora, pelo prazo de 35 anos contados a partir da data do referido contrato, tendo iniciado suas operações em setembro de 2009.
- (v) Moinho S.A. - autorização obtida da ANEEL em 8 de julho de 2008 (Resolução nº 1.451) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 13.700 KW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução. A empresa encontra-se em fase pré-operacional, sendo previsto o início de suas atividades operacionais para setembro de 2011.

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente. As referidas empresas controladas se encontram em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtor Independente de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; e (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte.

## Notas Explicativas

A controlada em conjunto Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. tem por atividade a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas elétricos, prestando serviços para empresas da Companhia, assim como para terceiros.

A coligada Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A. tem por atividade a participação em outras sociedades, tendo como investida (participação de 25%) a EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A. que tem por atividade preponderante a produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, estando atualmente em fase pré-operacional (desenvolvendo estudos e projetos para identificação de potenciais energéticos para possível implantação de futuras pequenas centrais hidrelétricas).

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participações societárias na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08 com a CCEE.

Como mencionado na Nota 1((a)(ii)), a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, de 22 de fevereiro de 2011, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, passando a mesma a ser a controladora integral da referida sociedade e (ii) a alteração do local de implantação da usina, da capacidade a ser instalada e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência, será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL, com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração dos valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela Portaria MME no. 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237), apresentada no balanço patrimonial consolidado.

Em 23 de janeiro de 2008, foi firmada a Carta de Intenções pela qual a Companhia e outra empresa parceira manifestaram a intenção de participar como acionistas da BBE Brasil Bioenergia S.A., que tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos. Adicionalmente, a referida Carta de Intenções estabelece, entre outros, o seguinte: (i) a Companhia e sua parceira deverão integralizar o capital social, pelo montante de R\$ 2.950, por ocasião da aprovação formal do financiamento pelo BNDES; (ii) o saldo remanescente do capital social, no montante de R\$ 13.050, deverá ser integralizado pela Companhia no momento em que o BNDES liberar os recursos, ou na forma que for exigida na aprovação do projeto pelo BNDES; (iii) que a Companhia, em virtude da aprovação formal do financiamento, constituirá em favor do BNDES garantia corporativa na ordem de 25% do valor financiado para o projeto; (iv) caso a Companhia não apresente a garantia requerida pelo BNDES os demais acionistas poderão cancelar a transação ora contemplada, mediante a adoção de medidas corporativas necessárias para o cancelamento das ações subscritas pela Companhia, ressalvando-se, contudo, que nesse caso todo e qualquer valor pago pela Companhia, como parte do pagamento total pelas ações, será prescrito à BBE Bioenergia S.A.; e (v) no caso de inadimplência dos demais acionistas, representando os 75% do capital social, no fornecimento das garantias requeridas pelo BNDES, a Companhia poderá optar pelo cancelamento da transação ora contemplada, mediante a adoção das medidas corporativas necessárias ao cancelamento das ações subscritas, ressalvando-se que nesse caso a Companhia terá direito de receber todo e qualquer valor pago pela aquisição das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, a Companhia subscreveu 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 32,00 cada ação, perfazendo o total de R\$ 16.000, sendo R\$ 500,00 de capital social e R\$ 15.500 de ágio na subscrição de ações, a serem integralizadas

## Notas Explicativas

na seguinte forma: (i) R\$ 1.475 em cinco dias úteis a contar da data da AGE; (ii) R\$ 1.475 no prazo de trinta dias a contar da data do pagamento da primeira parcela; e (iii) R\$ 13.050 de forma parcelada, no prazo de cinco dias a contar das chamadas do Conselho de Administração, que serão feitas na forma aprovada pelo BNDES. A Companhia, considerando a participação da empresa parceira, integralizou a primeira parcela do capital social, pelo montante de R\$ 738, sendo a segunda parcela integralizada totalmente pela Companhia.

No final de 2009, a BBE Bioenergia S.A. ingressou em juízo com uma ação de execução para cobrança das duas primeiras parcelas relativas à integralização da parcela remanescente do capital social conforme Boletim de Subscrição, no montante original de R\$ 9.163, tendo a Companhia apresentado recursos de embargos a execução, assim como apresentou carta de fiança bancária em garantia. A administração da Companhia entende que a referida integralização deveria ser realizada observando o avanço físico da obra e a liberação das parcelas do financiamento do BNDES, fatos esses não ocorridos, assim como entende que as condições requeridas pelo BNDES na concessão do financiamento, principalmente a apresentação de garantias dos demais acionistas, ainda não foram atendidas. Os advogados da Companhia indicam que por força da condição suspensiva existente no Boletim de Subscrição firmado, a exigibilidade da dívida executada está condicionada à ocorrência de evento futuro, qual seja, a realização de chamadas do Conselho de Administração na forma aprovada pelo BNDES, sendo esse seu melhor entendimento e argumento de defesa na referida ação, indicando que a Companhia não se encontra em mora no que se refere ao cumprimento da obrigação assumida no Boletim de Subscrição como entendido pela BBE Bioenergia S.A. Finalmente, os consultores jurídicos da Companhia, diante da recente decisão do Juízo da execução, a qual determinou a remessa dos autos a outra Comarca em acolhimento da exceção de incompetência relativa oposta pela Companhia, tendo a BBE Bioenergia S.A. interposto recurso de agravo de instrumento, ora pendente de apreciação, classificam o risco de perda como possível.

A Companhia, considerando todo esse contexto, principalmente aquele decorrente do relacionamento entre acionistas, constituiu provisão para perda do montante total do capital social integralizado; todavia, caso ela venha a ser requerida a integralizar a parcela remanescente do capital social, a mesma irá continuar participando na sociedade e, por consequência, revertendo a provisão constituída.

### (d) Aquisição de terras

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo essa uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

## 9 Imobilizado

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31 de março de 2011</b>			<b>31 de dezembro de 2010</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Usinas e outros				
Terrenos	20.946	(928)	20.018	20.502
Terrenos - processos judiciais (i)	1.376		1.376	853
Reservatório, barragens e adutoras	409.482	(28.033)	381.449	381.856
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.859	(2.295)	30.564	29.850
Máquinas e equipamentos	217.411	(13.787)	203.624	133.090
Material em depósito e outros	840		840	837
Móveis e utensílios	404	(66)	338	341
Equipamentos de informática e outros	507	(76)	431	201
Outros	1.143	(28)	1.115	1.299
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>31 de março de 2011</b>		<b>31 de dezembro de 2010</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.190	(19)	1.171	280
Máquinas e equipamentos	29.170	(2.205)	26.965	20.535
Imobilizados em curso, servidões e outros	104		104	632
Adiantamentos a fornecedores	171.814		171.814	124.782
Obras em andamento (ii)	144.847		144.847	92.680
	<b>1.032.230</b>	<b>(47.437)</b>	<b>984.793</b>	<b>807.875</b>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Obras civis e do reservatório	2.626	
Coordenação e contratação de fornecimento	59.336	33.372
Gastos com meio ambiente	2.782	377
Engenharia e gerenciamento da obra	1.553	2.772
Encargos financeiros - BNDES		1.351
Estudos e projetos	17.347	16.078
Engenharia e gerenciamento EPC	22.598	6.844
Canteiro e acampamento	33.209	27.135
Outras	5.396	4.751
	<b>144.847</b>	<b>92.680</b>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	<b>Usinas e outros</b>	<b>Sistema de conexão</b>	<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adições	54.202	7.426	71.545	50.373	183.546
Depreciação	(5.995)	(328)			(6.323)
Baixa		(305)			(305)
Transferência entre contas	22.719		(24.513)	1.794	
Em 31 de março de 2011	<b>639.755</b>	<b>28.377</b>	<b>171.814</b>	<b>144.847</b>	<b>984.793</b>

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	<b>Taxa média</b>	<b>Percentual</b>
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

## Notas Explicativas

### 10 Intangível

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros	29.648	29.640
Controladora	29.648	29.640
Uso do Bem Público (UBP)	62.694	63.295
Licenças de operação	3.567	3.734
Direito de autorização (Nota 27)	3.541	3.541
Outros	586	60
Consolidado	<u>100.036</u>	<u>100.270</u>

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31 de março de 2011</b>		<b>31 de dezembro de 2010</b>
	<b>Contratos com condição resolutiva</b>	<b>Outros contratos e demais custos</b>	<b>Total</b>
			<b>Total</b>
Estudos de viabilidade e ambiental			
UHE Baixo Iguaçu	5.000		5.000
UHE Itaipiranga	1.100		1.100
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500
AHE São Roque (i)		6.853	6.853
Estudos de inventário			
Rio Itacaiunas	1.820		1.820
UHE São Roque (i)		611	611
Outros		8	8
Projetos básicos e outros			
PCH Bonança	1.493	6	1.499
	<u>15.263</u>	<u>14.385</u>	<u>29.648</u>
			<u>29.640</u>

(i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010.

(ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 243 e 453 de 2010.

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	1.222	1.222
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(1.214)	(1.214)
Outras adições		526
Amortização da UBP		(601)
Amortização das licenças		(167)
Em 31 de março de 2011	<u>29.648</u>	<u>100.036</u>

#### (a) Contratos com condição resolutiva

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

## Notas Explicativas

### (b) Outras informações

A Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

### (c) Direito de autorização

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2010, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

### (d) Uso do bem público - (UBP)

Como mencionado na Nota 14, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Dumont (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica de despesas financeiras. A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

## 11 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo circulante				
Contas a receber				
Esmeralda S.A.	120	20		
Enex O&M de Sistemas Elétricos				
Santa Laura S.A.	60	10		
Enercasa Energia Caiuá S.A.	180			
Santa Rosa S.A.	120	20		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
Moinho S.A.	180	60		
Monel Monjolinho Energética S.A.	240	40		
Passos Maia Energética S.A.	180	60	90	30
Novo Horizonte Energética S.A.	180	20		
Macaúbas Energética S.A.	180	20		
Seabra Energética S.A.	180	20		
	<u>1.620</u>	<u>490</u>	<u>90</u>	<u>250</u>
Dividendos a receber				
Monel Monjolinho Energética S.A.		3.372		
Santa Laura S.A.	827	499		
Santa Rosa S.A.		704		
Esmeralda S.A.	604	3.086		



**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Cevix Energias Renováveis S.A.		140		
Esmeralda S.A.	120	60		
Enercasa Energia Caiuá S.A.	180			
Enex O&M de Sistemas Elétricos			628	
Monel Monjolinho Energética S.A.	240	120		
Moinho S.A.	180	180		
Santa Laura S.A.	60	30		
Santa Rosa S.A.	120	60		
Passos Maia Energética S.A.	180			
Macaúbas Energética S.A.	180			
Seabra Energética S.A.	180			
Novo Horizonte Energética S.A.	180			
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
	<u>1.620</u>	<u>810</u>	<u>628</u>	<u>220</u>

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada em conjunto (50%) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 1.256 e R\$ 1.473 em 31 de março de 2011 e de 2010, respectivamente. O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 25.048 no trimestre (R\$ 3.558 em 2010), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

O pessoal-chave da administração inclui os acionistas, diretores e gerentes, cuja remuneração totalizou, R\$ 951 no trimestre findo em 31 de março de 2011.

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

**12 Financiamentos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Financiamento de obras - BNDES (i)			355.357	362.589
Cédula de Crédito Bancário (ii)	106.323		106.323	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iii)	24.536	26.008	24.536	26.008
Financiamento de capital de giro (iv)	9.402	10.005	9.402	10.005
Outros	69	63	531	410
	<u>140.330</u>	<u>36.076</u>	<u>496.149</u>	<u>399.012</u>
Passivo circulante	<u>(125.022)</u>	<u>(18.612)</u>	<u>(154.437)</u>	<u>(47.920)</u>
Passivo não circulante	<u>15.308</u>	<u>17.464</u>	<u>341.712</u>	<u>351.092</u>

## Notas Explicativas

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010		
Captações	36.076	399.012
Pagamentos	105.000	105.000
Encargos financeiros	(3.745)	(18.434)
	<u>2.999</u>	<u>10.571</u>
Em 31 de março de 2011	<u>140.330</u>	<u>496.149</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Financiamento de obras - BNDES (i)	355.357	362.589	355.357	362.589
Cédula de Crédito Bancário (ii)	106.323		106.323	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iii)	24.536	26.008	24.536	26.008
Financiamento de capital de giro (iv)	9.402	10.005	9.402	10.005
Outros	<u>531</u>	<u>410</u>	<u>531</u>	<u>410</u>
	<u>496.149</u>	<u>399.012</u>	<u>496.149</u>	<u>399.012</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	40.996	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	35.466	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	87.355	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	<u>191.540</u>	<u>194.688</u>
		<u>355.357</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Ano</u>	
			<u>Primeira parcela</u>	<u>Última parcela</u>
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT).

O ICSD deverá ser apurado a partir do primeiro ano, ou semestre, no qual tenha havido, em todos os meses, pagamento de parcelas de amortização do financiamento e deverá ser apurado anualmente. Com relação ao índice de capitalização (patrimônio líquido em relação ao ativo total), o mesmo deverá ser mantido durante todo o período do financiamento, apurado também anualmente.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)"

## Notas Explicativas

e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.); (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.) e Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas, com exceção da Santa Laura S.A. que por não estar atendendo a apuração do ICSD contratou, como requerido no contrato firmado, carta de fiança bancária junto à Unibanco S.A., no montante de R\$ 42.000, com vigência até 15 de dezembro de 2020; dessa forma, ela tem assegurado as condições constantes do contrato, inclusive a manutenção dos prazos de vencimento.

### (ii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A. e Safra S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 3,0% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em julho de 2011 e agosto de 2011, respectivamente.

### (iii) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

### (iv) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 3,17% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de agosto de 2010 e a última em 17 de julho de 2011 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

## 13 Contas a pagar por aquisição de terras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Aquisição de terras	1.837	2.646	1.837	2.646
Proprietários de terras			2.340	2.326
Passivo circulante	<u>1.837</u>	<u>2.646</u>	<u>4.177</u>	<u>4.972</u>

Estão representadas pelo saldo remanescente a pagar decorrente da aquisição de terras para futura implantação de pequenas centrais hidrelétricas, a ser pago em parcelas mensais e consecutivas, sem incidência de encargos financeiros, com exceção de três (consolidado - nove) contratos, no montante total de R\$ 768 (consolidado - R\$ 1.105) em 31 de março de 2011, que estão sujeitos à atualização monetária com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), não tendo, todavia, vencimento predeterminado.

## Notas Explicativas

### 14 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

#### (a) Concessões a pagar

Conforme mencionado na Nota 10(d), o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Dumont (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,56%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

#### (b) Provisão para custos socioambientais

Está representada pelo provisionamento dos custos socioambientais a serem incorridos no atendimento das exigências contidas nas licenças de operação obtidas (Nota 2.11(c)).

### 15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
COFINS a pagar	46	1	1.078	895
PIS a pagar	10		151	195
Tributos retidos na fonte (ISS, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.428	2.473	3.120	3.294
Taxas e contribuições ANEEL			473	693
IOF a recolher	1.804	1.440	1.804	1.440
ISSQN a pagar	48	56	848	1.017
	<u>4.336</u>	<u>3.970</u>	<u>7.474</u>	<u>7.534</u>

### 16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária.

### 17 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2011, está representado por 671.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

#### (b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

**Notas Explicativas****18 Receita operacional líquida**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Fornecimento de energia elétrica			27.360	30.385
Serviços prestados	1.620	810	2.015	1.572
Impostos sobre vendas	(67)	(74)	(2.189)	(1.555)
Receita operacional líquida	<u>1.553</u>	<u>736</u>	<u>27.186</u>	<u>30.402</u>

**19 Despesas por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Despesas com pessoal	890	814	1.882	1.975
Re remuneração dos administradores	951	129	951	395
Serviços de terceiros	1.100	771	2.990	4.258
Viagens e estadias	122	88	193	183
Aluguel	155	103	207	264
Impostos e taxas	33	45	96	251
Depreciação e amortização	11	3	7.091	7.092
Propaganda e publicidade	20	19	20	43
Seguros fianças e comissões	318		724	798
Outros	638	128	1.661	306
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>4.238</u>	<u>2.100</u>	<u>15.815</u>	<u>15.565</u>

**20 Resultado financeiro**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(2.999)	(2.744)	(10.571)	(10.654)
Cartas de fiança bancária	(318)	(488)	(318)	(624)
IOF e multa e juros sobre tributos	(991)		(2.218)	
Concessões a pagar e outros	(17)	(97)	(1.384)	(3.656)
	<u>(4.325)</u>	<u>(3.329)</u>	<u>(14.491)</u>	<u>(14.934)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	742	15	1.536	266
Variações monetárias ativas		10		20
Juros e outras	144		278	207
	<u>886</u>	<u>25</u>	<u>1.814</u>	<u>493</u>
	<u>(3.439)</u>	<u>(3.304)</u>	<u>(12.677)</u>	<u>(14.441)</u>

## Notas Explicativas

### 21 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de março de 2010</u>
PCH Bonito B	181	
PCH Salto Grande	166	
PCH Pinhalito	147	
EÓLICA Barra dos Coqueiros	103	
Rio Piquiri	99	687
PCH Cascudo	97	
PCH Ervalzinho Baixo	65	
PCH Bandeira	55	
PCH Cobre	46	
PCH São Manoel	44	
UHE Garibaldi		46
UHE Riacho Seco		504
UHE São Roque		1
UHE Porto Galeano		1
UHE Itapiranga		63
UHE Santo Antônio		73
PCH Aerado		1
PCH Sossego		25
PCH Bonança		5
Rio do Prata		13
Usinas Eólicas		2
Outros	<u>211</u>	<u>84</u>
	<u>1.214</u>	<u>1.505</u>

### 22 Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Do trimestre

A Companhia, assim como as empresas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., Monel Monjolinho Energética S.A., Cevix Energias Renováveis e outras sem operações optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos trimestres findos em 31 de março podem ser assim demonstrados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	1.721	1.060
Diferido	(713)	
	<u>1.008</u>	<u>1.060</u>

O encargo de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos trimestres findos em 31 de março, pode ser assim demonstrado:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	858	51
Contribuição social	311	19
	<u>1.169</u>	<u>70</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	368	639
Contribuição social	184	351
	<u>552</u>	<u>990</u>

**Notas Explicativas**

Total do encargo no exercício

1.7211.060

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2011</b>		<b>2010</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	14.342	14.342	30.385	30.385
Receitas financeiras e outras receitas	<u>323</u>	<u>323</u>	<u>248</u>	<u>248</u>
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social	1.147	1.721	2.431	3.646
Receitas financeiras e outras - 100%	<u>323</u>	<u>323</u>	<u>248</u>	<u>248</u>
Lucro presumido tributável	<u>1.470</u>	<u>2.044</u>	<u>2.679</u>	<u>3.894</u>
Tributos apropriados ao resultado	<u>368</u>	<u>184</u>	<u>639</u>	<u>351</u>

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 prejuízos fiscais, como apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Prejuízo antes dos tributos	(5.547)	(2.676)
Adições permanentes		
Adições temporárias		
Ajuste ao valor recuperável de ativos	1.214	1.505
Outras adições	220	
Exclusões		
Resultado de participações societárias	<u>(1.695)</u>	<u>(3.497)</u>
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social	<u>(5.808)</u>	<u>(4.668)</u>

As empresas controladas Enex e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no trimestre findo em 31 de março de 2011, nos montantes de R\$ 48 e R\$ 456 (2010 - somente ENEX, no montante de R\$ 70), respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 no ano (no lucro presumido R\$ 60 por trimestre, uma vez que sua apuração é trimestral) e de 9% para a contribuição social.

**(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Prejuízo antes dos tributos	(4.460)	(1.160)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período	9.736	11.986
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	(50)	(25)
Resultado de participações societárias	<u>418</u>	<u>51</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	5.644	10.852
	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.919	3.690
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(836)	(2.662)
Outros	(75)	32
Encargo no resultado do período	<u>1.008</u>	<u>1.060</u>

**(c) Diferido**

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

**Controladora e consolidado**

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	11.429	6.106
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	25.423	23.869
Regime Tributário de Transição (RTT)	<u>2.097</u>	<u></u>
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	<u>40.285</u>	<u>40.285</u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

**Controladora e consolidado**

	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda diferido sobre		
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	(8.644)	(8.115)
Regime Tributário de Transição (RTT)	(713)	(2.076)
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social	<u>(1.547)</u>	<u>(2.076)</u>
	<u>(10.904)</u>	<u>(10.191)</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	<u>13.696</u>	<u>13.696</u>
<b>Líquido</b>	<u>2.792</u>	<u>3.505</u>

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

**Controladora e consolidado**

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Em 31 de dezembro de 2010		3.505
Com contrapartida no resultado		
Constituição do imposto de renda diferido ativo	<u>713</u>	<u></u>
Em 31 de março de 2011	<u>713</u>	<u>3.505</u>

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

## Notas Explicativas

### (d) Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de Lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando neutralidade tributária. O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (a) aplicação ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (b) manifestação da opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia e sua empresa controlada ENEX optaram pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no RTT. A partir de 2010, a adoção do RTT passou a ser obrigatória, para a Companhia e suas empresas controladas ENEX e Monel (até 2010 optou pela sistemática de lucro presumido).

## 23 Seguros e garantias

### (a) Desenvix Energias Renováveis S.A.

A Companhia contratou cartas de fiança bancária, em garantia de financiamentos (FINEP), ação judicial em curso (Nota 8) e outras, no montante total de R\$ 47.032. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 29.116.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros.

### (b) Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Santa Rosa S.A.

A Companhia contratou apólice de seguro coletiva de risco operacional, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até julho de 2011, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais (para as três PCHs), o montante de R\$ 100.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 15.000 para quebra de máquinas, R\$ 5.000 para vendaval até fumaça, R\$ 1.500 para despesas de desentulho, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 2.000 para erros e omissões, R\$ 1.500 para despesas extraordinárias, R\$ 1.500 para inclusões/exclusões de bens/locais, entre outras, R\$ 28.799 para obras civis, R\$ 20.021 para barragem e R\$ 1.977 para linhas de transmissão. A Santa Laura S.A. contratou carta de fiança bancária, como requerida pelas condições previstas no contrato de financiamento firmado com o BNDES (Nota 12). Adicionalmente, a Esmeralda S.A. mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de julho de 2011, com importância segurada de R\$ 2.000.

### (c) Moinho S.A.

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 4 de outubro 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis R\$ 32.249; instalações e montagens - R\$ 28.175; gerenciamento R\$ 2.900. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 63.324.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 4 de outubro de 2011, com importância segurada de R\$ 3.000, com limites máximos de indenização.

### (d) Monel Monjolinho Energética S.A.

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à operação da usina. A vigência da apólice teve início em 12 de julho de 2010 e vencimento em 12 de julho de 2011, para obras civis em construção, instalação, montagem e testes, com o valor dos seguintes riscos declarados: (i) obras civis e construção - R\$ 168.222; (ii) instalação e montagem - R\$ 46.308. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 214.531.

Com o início da operação comercial das unidades geradoras a partir de setembro de 2009, a empresa contratou o seguro de riscos operacionais, incluindo quebra de máquinas, com vigência até 12 de julho de 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: (i) obras civis - R\$ 147.006; e (ii) equipamentos - R\$ 67.525. O limite máximo de

## Notas Explicativas

indenização para danos materiais totaliza R\$ 135.000, tendo os seguintes sublimites de indenização: (i) quebra de máquinas - R\$ 84.055; (ii) desmoração - R\$ 37.952; entre outras.

### (e) **Passos Maia Energética S.A.**

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 19 de dezembro de 2012, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis em construção - R\$ 45.695; equipamentos - R\$ 25.763; sistema de transmissão - R\$ 10.000; instalação, montagem e comissionamento - R\$6.400; entre outras. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 96.488.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 19 de dezembro de 2011, com importância segurada de R\$ 100.203, com limites máximos de indenização de R\$ 2.400.

### (f) **Enercasa**

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 01 de outubro de 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis em construção - R\$ 4.123; equipamentos - R\$ 33.654; sistema de transmissão - R\$ 1.000; instalação, montagem e comissionamento - R\$ 7.150; entre outras. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 62.136.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 01 de outubro de 2011, com valor de garantia de R\$ 3 para responsabilidade civil, responsabilidade civil cruzada, fundações e erro de projeto, R\$ 500 para danos morais e R\$ 1.000 para responsabilidade civil do empregador.

## 24 **Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas empresas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2011, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap*, troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

A Companhia e suas empresas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

### 24.1 **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### (a) **Risco de mercado**

##### (i) **Risco cambial**

Em 31 de março de 2011, o Grupo Desenvix não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

##### (ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

## Notas Explicativas

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### (b) Risco de crédito

As vendas de serviços e de energia elétrica são realizadas, substancialmente, com partes relacionadas, no caso da controladora, e com a Eletrobras e empresas de grande porte, no caso das empresas controladas, baseadas em contratos firmados e homologados pela ANEEL. O risco de crédito decorre também de depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com *rating* mínimo "A".

As informações sobre a qualidade do crédito dos ativos financeiros estão descritas na Nota 24.3.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

### (c) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

Adicionalmente, e como mencionado na Nota 1, a sociedade controladora admitiu um novo acionista em 2010, que realizou aporte de capital, com vistas a expansão dos negócios da Companhia e equalização de seu capital de giro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e correspondem as expectativas da administração de desembolsos futuros baseados em premissas de taxas de juros na data dessas demonstrações financeiras.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
<b>Em 31 de março de 2011</b>								
Fornecedores	1.365				77.134			
Financiamentos	132.779	16.568			190.942	125.336	98.518	285.670
Partes relacionadas	16.210				18.163			
Contas a pagar por aquisição de terras					4.377			
Concessões a pagar					5.493	10.986	10.986	161.860
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>								
Fornecedores	761				42.478			
Financiamentos	20.768	17.464			57.148	75.998	58.534	216.560
Partes relacionadas	5.146				909			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.646				4.972			
Concessões a pagar					5.943	10.986	10.986	162.775

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio ou de dívida junto a investidores estratégicos.

### (d) Risco de vencimento antecipado

## Notas Explicativas

### do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

#### (e) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de março de 2011, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

#### (i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de março de 2011, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2011.

A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

#### (ii) Fator de risco juros

		Variações adicionais no saldo contábil (*)					
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de março de 2011	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(116.257)	(5.352)	(8.027)	(10.703)	(13.379)	(16.055)
Aplicações financeiras	CDI	27.526	1.267	1.901	2.534	3.168	3.801
Impacto líquido	CDI	<u>(88.731)</u>	<u>(4.085)</u>	<u>(6.126)</u>	<u>(8.169)</u>	<u>(10.211)</u>	<u>(12.254)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(379.892)	(8.485)	(12.728)	(16.970)	(21.213)	(25.455)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	<u>(379.892)</u>	<u>(8.485)</u>	<u>(12.728)</u>	<u>(16.970)</u>	<u>(21.213)</u>	<u>(25.455)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	10,64	4,60	6,90	9,21	11,51	13,81
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,00	2,23	3,35	4,47	5,58	6,70

(\*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2011.

As variações descritas acima são igualmente aplicáveis ao patrimônio líquido e ao resultado.

## Notas Explicativas

### (f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, contas a pagar por aquisição de terras, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (Nota 7) e dos financiamentos (Nota 12), aproxima-se do seu valor contábil.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela seguinte apresenta os ativos financeiros mensurados pelo valor justo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Nível 2</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Participações societárias minoritárias	<u>64.744</u>	<u>64.744</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

### 24.2 Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de março de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	8.925	9.010		17.935
Contas a receber de clientes		13.698		13.698
Partes relacionadas		35.928		35.928
Outros ativos		2.416		2.416
Aplicação financeira restrita	18.601			18.601
Investimentos			64.744	64.744
	<u>27.526</u>	<u>61.052</u>	<u>64.744</u>	<u>153.322</u>

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	48.509	9.163		57.672
Contas a receber de clientes		28.107		28.107
Partes relacionadas		26.379		26.379
Aplicação financeira restrita	18.139			18.139
Investimentos			64.744	64.744
	<u>66.648</u>	<u>63.649</u>	<u>64.744</u>	<u>195.041</u>

**Consolidado**

		<b>Outros passivos financeiros</b>
31 de março de 2011		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores		77.134
Financiamentos		496.149
Partes relacionadas		19.165
Contas a pagar por aquisição de terras		4.177
Concessão a pagar		<u>73.036</u>
		<u>669.661</u>
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores		24.211
Financiamentos		399.012
Partes relacionadas		19.176
Contas a pagar por aquisição de terras		4.972
Concessão a pagar		<u>72.651</u>
		<u>520.022</u>

**24.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
AAA				19.630
BBB			6.123	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	26	6.416	7.485	8.227

## Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Partes relacionadas				
Grupo 2	<u>307.730</u>	<u>174.318</u>	<u>36.018</u>	<u>26.629</u>
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>307.756</u>	<u>180.734</u>	<u>49.626</u>	<u>54.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita				
AAA	7.682	38.703	36.194	75.379
A	<u>342</u>	<u>432</u>	<u>342</u>	<u>432</u>
	<u>8.024</u>	<u>39.135</u>	<u>36.536</u>	<u>75.811</u>

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

## 25 Outros riscos operacionais

### (a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

### (b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso da PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada às empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

## 26 Contingências

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas a revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

## Notas Explicativas

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível está mencionada a seguir:

### (a) **Desenvix S.A.**

- (i) A Companhia é parte integrante da ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, relacionada com a obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Os consultores jurídicos indicam como possível a chance de êxito nessa questão, uma vez que: (i) existe a possibilidade de o processo ser extinto sem julgamento do mérito; (ii) em caso de insucesso, o prejuízo consistirá na anulação das licenças ambientais, bem como o ressarcimento, em caráter solidário, de todos os danos causados ao Poder Público, em especial das quantias pagas pela Eletrobras pela compra antecipada da energia a ser gerada pelas usinas e de financiamento contratado com o BNDES; ocorre, todavia, que as empresas não receberam nenhuma quantia da Eletrobras, assim como não obtiveram o financiamento do BNDES; (iii) a Companhia não participou da emissão de nenhuma das licenças ambientais sob suspeita de fraude; (iv) quando do ingresso da Companhia no negócio, as licenças já haviam sido expedidas, sendo o processo de licenciamento conduzido por outras empresas citadas no processo, como admite o próprio autor da ação; (v) a participação da Companhia limitou-se à análise técnica dos projetos, não tendo ela como saber das supostas irregularidades, porque as licenças têm fé pública e a Eletrobras e a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA"), depois de investigarem a existência de eventuais irregularidades na expedição das mesmas, nada encontraram; e (vi) finalmente destacam que para condenação da Companhia como beneficiária da suposta fraude, teria o Ministério Público que provar má-fé e dolo, além do prejuízo causado ao erário e o enriquecimento ilícito, coisa que não o fez.
- (ii) Ação de execução de título extrajudicial para cobrança de parcelas relativas a integralização de capital em empresa coligada está comentada na Nota 8(c).

### (b) **Moinho S.A.**

Duas ações reivindicatórias de propriedade de terras estão sendo movidas pela, ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como provável as expectativas de ganho nessas questões. Os montantes correspondentes as ações movidas pela Moinho S.A. estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

### (c) **Monel Monjolinho Energética S.A.**

#### (i) **Ação civil pública**

Em 8 de maio de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, tendo a Fundação Nacional do Índio ("Funai") posteriormente aderido ao pólo ativo da ação, requerendo em sede de liminar a declaração de nulidade da licença de operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") e a paralisação do enchimento do reservatório, por haver risco de conflito entre índios e não índios; entretanto, antes mesmo da publicação da decisão liminar, a Monel Monjolinho Energética S.A. firmou o Termo de Acordo com a Funai, no qual esta se comprometeu a desistir do agravo de instrumento, não colocando empecilho à entrada em operação do empreendimento e, dessa forma, o enchimento do reservatório, que já era irreversível, foi concluído com a ciência e anuência da Funai.

Em 12 de dezembro de 2009, foi firmado "Termo de Compromisso" entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e a Funai, no qual a Monel Monjolinho Energética S.A. comprometeu-se a adquirir equipamentos para a Comunidade Indígena Votouro (dois tratores agrícolas, uma carreta agrícola, uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja e uma grade aradora com comando hidráulico) e Comunidade Indígena Guarani Votouro (um

## Notas Explicativas

trator agrícola e uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja), com custo estimado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 450. Adicionalmente, para a Comunidade Indígena Votouro e para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, são devidos os montantes de R\$ 1.700 e R\$ 450, a serem pagos mediante antecipação de R\$ 215 e R\$ 15, e o saldo remanescente em 27 e 29 parcelas anuais a partir de junho de 2010, respectivamente, corrigidas pela variação do IGP-M. Em 31 de março de 2011 a provisão constituída totaliza R\$ 2.380 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.344), apresentada nos passivos circulante e não-circulante, na rubrica "Indenizações a pagar".

### (ii) **Ações de instituição de servidões administrativas, desapropriação, usucapião e outras**

Ações de usucapião, reivindicatória de propriedade de terras, reassentamento com indenização, inventário e outras estão sendo movidas pela ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam as seguintes expectativas de êxito nessas questões em 31 de março de 2011: (i) ações movidas pela empresa, no montante de R\$ 375; e (ii) ações movidas contra a empresa - R\$ 1.716 como perda possível e R\$ 2.252 como perda provável. Os montantes correspondentes as ações movidas pela empresa estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

### (iii) **Ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral**

Em outubro de 2009, o cliente privado ("contratante") ingressou em juízo (ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral) solicitando a suspensão parcial da exigibilidade dos créditos oriundos do contrato de compra e venda de energia, com pedido de autorização para depositar em juízo as diferenças entre o valor do contrato e o valor pago pela contratante. Inicialmente foi obtida liminar, a qual foi posteriormente cassada em decisão proferida em agravo de instrumento interposto pela empresa, estando ainda pendente de apreciação o pedido feito pela empresa para levantamento dos depósitos judiciais realizados pela contratante.

Em novembro de 2009, foi iniciado o procedimento arbitral, onde a contratante solicita revisão do contrato de compra e venda de energia elétrica, com a redução do preço de aquisição de energia, fixando assim um parâmetro adequado e equânime para ambas as partes, condizente com a atual realidade de mercado relativa ao preço de energia elétrica.

Em janeiro de 2011, a ação foi julgada (sentença arbitral) favorável à Companhia, sendo liberados os correspondentes depósitos judiciais (Nota 6).

### (d) **Santa Laura S.A.**

Ação de indenização por danos materiais com pedido de lucros cessantes está sendo movida contra a empresa, pela qual o autor (posseiro) pleiteia o montante de R\$ 34 de indenização decorrente de desapropriação (área de 32.000 metros quadrados, parte de um todo maior de 5 ha), assim como lucros cessantes no valor a ser definido no futuro com base na cotação de determinado produto agrícola (144 sacas de milho ao ano), ambos acrescidos de juros compensatórios de 12% ao ano e juros de mora de 6% ao ano. Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento da referida ação, indicam como possíveis as chances de êxito nessa questão e, por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras. Outras ações movidas contra a empresa, decorrentes de desapropriação de terras, estão mencionadas na Nota 9.

### (e) **Santa Rosa S.A.**

A empresa é parte envolvida em ação cível de indenização por danos morais e materiais e pensão vitalícia por morte em acidente do trabalho. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, assim como nos contratos firmados de empreitada, entende que a responsabilidade pelo pagamento decorrente de eventual condenação é de responsabilidade das empresas contratadas e, por consequência, nenhuma provisão foi

## Notas Explicativas

consignada nas demonstrações financeiras para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessa questão.

Outra ação em curso, decorrente de desapropriação de terras, está mencionada na Nota 9.

### 27 Combinação de negócios e aquisição de controle conjunto

#### (a) Passos Maia Energética S.A.

Em 17 de setembro de 2009 a Companhia e a Adami S.A. Madeiras celebraram o "Contrato de cessão de direitos de subscrição de ações e outras avenças sujeito a condição", pelo qual a Adami cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50% do capital social da Passos Maia Energética S.A. O preço pago pela aquisição de 50% do capital social pela Companhia foi de R\$ 13.634, resultando desta forma em um controle em conjunto com a Adami S.A. sob a Passos Maia Energética S.A.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária da Adami S.A. pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial no tocante a cessão dos direitos de subscrição de ações da Passos Maia para a Companhia. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 3.385/2010, de 11 de maio de 2010.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Passos Maia Energética S.A. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Valor justo na data da aquisição</u>
Ativo circulante	1	1
Ativo imobilizado	8.606	8.606
Intangível - direito de outorga		3.541
Passivo circulante	<u>(2.148)</u>	<u>(2.148)</u>
Ativo líquido	<u>6.459</u>	<u>10.000</u>
Preço de compra	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>

A diferença entre o valor pago pela aquisição e o valor justo de 50% dos ativos e passivos da Passos Maia Energética S.A. de R\$ 3.541 está apresentado em conta específica do balanço patrimonial da Companhia, sendo atribuída a mais valia da autorização concedida pela ANEEL para instalação de pequena central hidrelétrica para geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 12, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo intangível.

#### (b) Enercasa - Energia Caiuá S.A.

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da Enercasa, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, a Companhia e a Decasa - Destilaria de Álcool Caiuá S.A. ("Decasa") firmaram Contrato de Cessão de Participação Societária pelo qual a Decasa transferiu para a Companhia sua participação societária na Enercasa, correspondente a 50% do capital social, mediante assunção por parte da Companhia dos passivos existentes na adquirida na data da transação.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária na Enercasa pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência

## Notas Explicativas

prévia da ANEEL em relação aos termos propostos. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Não foi aplicado o Pronunciamento de Combinação de Negócios (CPC 15), uma vez que na essência, tal situação representou, como mencionado na Nota 8(c), a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção da UTE (usina de biomassa), onde a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, assim como a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. Em decorrência, as perdas complementares decorrentes da descontinuidade do projeto anterior foram provisionadas em 31 de março de 2011.

### (c) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A. e Goiás Transmissão S.A.

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

### 28 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

	<b>Controladora</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(5.547)	(2.676)
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	671.000	3.346
Prejuízo por ação	<u>(0,0083)</u>	<u>(0,7998)</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2011</b>	<b>31 de março de 2010</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(5.468)	(2.539)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	671.000	3.346
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,0081)</u>	<u>(0,7588)</u>

Conforme mencionado na Nota 1(c)(v), em outubro de 2010 foi aprovado o grupamento de ações da Companhia.

## Notas Explicativas

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas daquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

A quantidade média ponderada de ações foi ajustada retrospectivamente para cálculo do lucro por ação.

### **29 Transição para o IFRS e CPCs**

#### **29.1 Base de transição**

##### **29.1.1 Aplicação do IFRS 1/CPC 37**

A Companhia divulgou em 31 de dezembro de 2010 as primeiras demonstrações financeiras anuais que contemplam os IFRS, emitidos pelo IASB. A Companhia aplicou o IFRS 1/CPC 37, "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade" e CPC 43 (R1), "Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41" na preparação daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia definiu 1º de janeiro de 2009, como a data de transição para IFRS.

A prática contábil anterior utilizada pela Companhia eram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As reconciliações do patrimônio líquido e do resultado divulgados de acordo com a prática anterior utilizada em 31 de março de 2010 com os saldos em IFRS estão apresentados adiante.

As políticas contábeis determinadas na Nota 2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o trimestre findo em 31 de março de 2011. As informações do trimestre findo em 31 de março de 2010, apresentadas anteriormente de acordo com as práticas contábeis anteriores, foram ajustadas e estão sendo apresentadas de acordo com os CPC/IFRS.

Na preparação daquelas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 1, CPC 37 e CPC 43 (R1) a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais do período retrospectivo na aplicação dos IFRS, conforme requerido nos pronunciamentos.

##### **29.1.2 Aplicação das isenções no período retrospectivo eleitas pela Companhia**

IFRS 1/CPC 37 permite a primeira adoção de certas isenções dos requerimentos gerais incluso nos IFRS. A Companhia optou em aplicar as seguintes exceções:

###### **(a) Combinação de negócios**

A Companhia não realizou aquisição de empresas ou combinação de negócios antes de 1º de janeiro de 2009.

###### **(b) Contratos de concessão e autorização**

A Companhia analisou seus contratos de concessão ou autorização de geração, bem como os de venda de energia elétrica e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da ICPC 01 e da OCPC 05 (IFRIC 12); em decorrência, e como requerido nas referidas interpretação e orientação, a Companhia aplicou o CPC 27 - Ativo imobilizado.

###### **(c) Outras isenções não aplicáveis ao Grupo**

As seguintes isenções não são aplicáveis ao Grupo: (a) Custo de empréstimos; (b) Transação de pagamento baseado em ações; (c) Contratos de seguros; (d) Valor justo do custo atribuído; (e) Ajustes acumulados de conversão; (f) Ativos e passivos de controladas; (g) Instrumentos financeiros compostos; (g) Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos; (h) Ativos e passivos financeiros a valor justo, (i) Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares incluídos no custo do imobilizado; (j) Transferência de ativos de clientes; (k) Extinção de passivos financeiros com instrumentos de equivalência; (l) Benefícios e empregados.

## Notas Explicativas

### 29.1.3 Exceções à aplicação retrospectiva adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

#### (a) Estimativas

As estimativas segundo os IFRS/CPCs em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com as estimativas utilizadas nas mesmas datas segundo práticas adotadas anteriormente pela Companhia. Não há evidência que estas estimativas apresentavam erros.

#### (b) Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros baixados antes de 1º de janeiro de 2009 não foram reconhecidos novamente para IFRS/CPCs. A aplicação desta exceção não tem impacto significativo nestas demonstrações financeiras.

#### (c) Participação de não controladores

A Companhia aplicou prospectivamente à data da transição para IFRS/CPCs o requerimento do IAS 27/ CPC 36 (R1) "Demonstrações Consolidadas", atribuindo parcela do resultado do período aos não controladores; e para a contabilização de mudanças na participação da controladora com relação a uma subsidiária.

### 29.2 Explicação dos efeitos de transição para IFRS

#### (a) Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

#### (b) Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

#### (c) Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

- . "Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou

## Notas Explicativas

todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

### (d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de dezembro de 2008, as participações societárias mantidas na Ceran e Dona Francisca eram avaliadas ao custo. A Companhia classificou estes investimentos como instrumentos financeiros disponíveis para venda, uma vez que a Companhia não possui controle ou influência significativa sobre as referidas investidas, assim como por não atenderem às características das outras categorias previstas no CPC 38. Essas participações estão apresentadas na conta de investimentos, no ativo não circulante. As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

### (e) Imposto de renda e contribuição social

Os tributos diferidos passivos estão representados pelos efeitos decorrentes da contabilização do ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8(a)), ajuste esse necessário no processo de transição para os CPCs/IFRS, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

Em decorrência do registro contábil da referida obrigação, foi também reconhecido o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável (Nota 22(c)). Com relação aos demais ajustes da adoção do CPCs/IFRS, não foram contabilizados os correspondentes tributos diferidos, uma vez que esses ajustes foram originados nas investidas que optaram pela apuração do seu resultado tributável pela sistemática de lucro presumido.

### (f) Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

### (g) Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

### (h) Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

### (i) Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladores era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido.

De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### 29.2.2 Reconciliações

#### (a) Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período findo em 31 de março de 2010

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Resultado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos anteriormente apresentados	2.169	215.242	2.952	231.803
Ajustes de equivalência patrimonial				
Decorrente de lucros não realizados de serviços prestados pela controladora para as controladas		(6.753)		
Ajuste de avaliação patrimonial		36.470		36.470
Imposto de renda diferido, líquido		(3.786)		(3.786)
Depreciação e amortização de controladas	(2.472)	(2.472)	(2.709)	(2.709)
Decorrente de custos provisionados nas controladas para atendimento da licença de operação e UBP	(240)	(385)	(263)	(422)
Reconhecimento do ativo intangível e da obrigação a pagar decorrente do direito de outorga - UBP	(2.133)	(3.045)	(2.337)	(3.308)
Baixa do ativo diferido			137	(1.548)
	<u>(2.676)</u>	<u>235.271</u>	<u>(2.220)</u>	<u>256.500</u>
Saldos ajustados pelos novos CPCs/IFRS				

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Conforme mencionado na Nota 1(a)(ii), encontram-se em construção três parques eólicos, duas pequenas centrais hidrelétricas, uma usina térmica de biomassa e duas linhas de transmissão, cujo plano estratégico de investimentos contempla a utilização de recursos próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos de longo prazo junto a bancos oficiais de fomento. A administração da Companhia, considerano a importância dos referidos empreendimentos no contexto de suas operações, que possibilitarão a geração de receitas e resultados importantes, decidiu dar início a sua construção utilizando recursos financeiros próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos ponte, até que ocorra a liberação dos financiamentos de longo prazo. Como mencionado na Nota 1(d), o equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia, que apresenta, em 31 de março de 2011, excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 240.189 mil, está condicionado e será restabelecido à medida em que a Companhia e suas empresas controladas recebam os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo já contratados, ou aprovados e ainda não liberados, no montante remanescente de R\$ 402.414 mil. Ademais, a Companhia está avaliando alternativas de captação de instrumentos de patrimônio para o segundo semestre de 2011 com investidor estratégico de grande porte do setor para fazer face a implementação de seu plano estratégico.

### Outros assuntos

